Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Receita disponibiliza nova versão do programa para IR . . . 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL
Governo tem superavit em março . . . 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO
Estão gostando do palhaço? - RUY CASTRO . . . 5

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO
Os valores de Guedes - BERNARDO MELLO FRANCO . . . 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Tributária deve ser fatiada . . . 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Continuidade das reformas é fundamental (2) . . . 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Atraso no Orçamento segura despesas, e governo tem superávit de R$ 24,4 bi no ano . . . 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
No entorno de Lula, grupo busca regras fiscais alternativas . . . 12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma tributária deve ser fatiada em quatro partes no Congresso . . . 14

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA
Melhor é jogar o mais pra frente possível, diz Tesouro sobre decisão do STF (STF) . . . 16

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA
De 'chinês inventou o vírus' a empregada 'indo para a Disneylândia', relembre frases de Guedes . . . 17

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Benefícios fiscais atingem patamar recorde e equivalem a quase um quarto da arrecadação do país . . . 18

O GLOBO - ON LINE - RJ - LAURO JARDIM
REFORMA TRIBUTÁRIA
A Reforma Tributária entra em campo . . . 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Investimento público em educação reduz desigualdade de renda . . . 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
IGP-M, que corrige aluguéis, acumula alta de 32% em 12 meses 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Economia dos EUA acelera no 1° tri com ajuda do governo 26

O ESTADO DE S. PAULO - ESPECIAL - BRASIL VERDE
ECONOMIA
Balanço de carbono do Brasil está desfavorável 29

O ESTADO DE S. PAULO - ESPECIAL - BRASIL VERDE
ECONOMIA
Questão fundiária é vital para a amazônia 32

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA
As consequências do intervencionismo trilionário preconizado por Joe Biden (3) 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Economia americana mostra recuperação, com alta de 1,6% no 1° tri 36

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
ECONOMIA
Alta das commodities ainda não chegou às terras da BrasilAgro 37

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Copom deve elevar Selic a 3,5% 39

Receita disponibiliza nova versão do programa para IR

Com a prorrogação do prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda para 31 de maio, todos os vencimentos vinculados à nova data também foram prorrogados.

Por isso, a **Receita Federal** disponibilizou, em seu site, uma nova versão do Programa do Imposto de Renda (PGD/IRPF 2021) -a versão 1.3, que já emite os Darf (documento para pagamento) com os novos vencimentos.

Segundo a Receita, o Darf anteriormente emitido com vencimento para esta sexta (30) pode ser pago até 31 de maio, sem nenhum acréscimo. Assim, se o contribuinte emitiu o Darf com vencimento para 30 de abril, o pagamento poderá ser realizado até 31 de maio sem necessidade de reimpressão e sem acréscimo.

A Receita também informou que foram prorrogadas para 31 de maio as datas de vencimento do Darf em cota única; da primeira cota; da devolução do auxílio emergencial; da doação relativa ao Estatuto da Criança e do Adolescente; e da doação relativa aos Fundos controlados pelos conselhos do Idoso.

Os contribuintes que consultarem seus débitos pelo e-CAC ainda poderão ver os valores de Darf com vencimento em 30 de abril. Após esta data, esses débitos aparecerão como vencidos.

A mudança desses vencimentos, na contracorrente do contribuinte, ocorrerá até 10 de maio, acertando todos os débitos para a data de vencimento correta, 31 de maio.

A prorrogação do prazo de entrega e a disponibilização da nova versão do programa de declaração foram feitas, segundo a Receita, para amenizar as dificuldades impostas pela pandemia do coronavírus e protegera sociedade, evitando que sejam formadas aglomerações nas unidades de atendimento e demais estabelecimentos procurados pelos contribuintes para obter documentos ou ajuda profissional.

Contribuinte que volta a residir no país precisa declarar bens

FOLHA EXPLICA O IR COM IOB

O contribuinte que saiu do país mas retornou e adquiriu a condição de residente no Brasil precisa declarar bens (como ações), mesmo que não tenha rendimentos do trabalho após o retorno. Veja esta e outras dúvidas sobre o IR

*

136 - Em 2010 entreguei a Declaração de Saída Definitiva do País. Voltei em 2020. Desde então não trabalhei formalmente. Tenho valores expressivos em ações, a maior parte adquirida no último semestre de 2020. Devo declarar? (J.M.). Sim, com o retorno ao Brasil adquire-se imediatamente a condição de residente no país, passando a sujeitar-se a todas as obrigações previstas na legislação. Declare na ficha Bens e Direitos todos seus bens com os respectivos códigos, inclusive as aplicações em ações.

137 - Recebi o valor integral de consórcio. Como declaro? (S.M.). Em se tratando de recebimento por falta de bem no mercado, declare na ficha Bense Direitos, código 99. Informe no campo Discriminação essa circunstância, a soma das parcelas pagas em 2020 e o valor recebido em dinheiro. Não preencha o campo Situação em 31/12/2020. Nos anos seguintes, diferenças de saldos geralmente apuradas posteriormente (se houver) serão informadas no campo Discriminação. A diferença entre o valor recebido e o total das parcelas pagas (se positiva) deve ser informada na linha 2ódaficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49512

Governo tem superavit em março

VERA BATISTA

As contas do governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência) registraram superavit de R$ 2,1 bilhões em março, número bem melhor que o de março do ano passado, quando houve déficit de R$ 21,1 bilhões. A Secretaria do Tesouro, que divulgou os dados, observou que o desempenho foi significativamente superior à mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal, do Ministério da Economia, que indicava um saldo negativo de R$ 30 bilhões.

O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R$ 22,1 bilhões, enquanto a **Previdência Social** (RGPS) apresentou deficit de R$ 20 bilhões. Comparado a março de 2020, o resultado primário é consequência da combinação de um aumento real de 21,3% da receita líquida e de um decréscimo real de 3,1% das despesas totais.

Apesar da melhora no resultado de março, a situação das contas públicas preocupa o governo. Pelas projeções do Tesouro, o cenário base indica que, ao final de 2021, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) representarão 87,2% e 65% do Produto Interno Bruto (**PIB**), respectivamente. A médio prazo, a DBGG alcançará pico de 88,5% do **PIB** em 2026 e, a partir daí, iniciará trajetória declinante. Já a DLSP atingirá pico de 76,5% do **PIB** em 2028.

"O Brasil continua sendo um dos países emergentes mais endividados do mundo. A previsão para a DBGG no encerramento de 2021 é de 87,2% do **PIB**, enquanto a média esperada para países emergentes é de 65,1%. Dada a elevada carga tributária brasileira, o desafio da agenda fiscal continua sendo o combate ao crescimento persistente das despesas obrigatórias e à rigidez orçamentária, que reduz de forma significativa o espaço para políticas públicas, como investimentos em infraestrutura e programas sociais", analisa relatório divulgado ontem pelo Tesouro.

Estão gostando do palhaço? - RUY CASTRO

RUY CASTRO

Paulo Guedes, ministro-bufo de Jair Bolsonaro encarregado dos esquetes sobre economia, disse que "livro é coisa de rico". E, como sempre, desafinou. Bolsonaro, por exemplo, é rico e não gosta de livros. O ultimo que teve em mãos foi no dia de sua posse -um exemplar da Constituição, que ele jurou defender, mas nunca abriu e na qual cospe com regularidade.

Bolsonaro tem razão em não ligar para livros. Não só porque lê com dificuldade, acompanhando as linhas com a cabeça e tropeçando nas palavras quebradas, mas porque construiu seu patrimônio sem precisar deles, valendo-se apenas do salário de deputado e, dizem, do de seus servidores. A estante ao fundo em seus pronunciamentos no Planalto é cenográfica, com livros comprados a metro. Às vezes variam a cor das lombadas para combinar com sua gravata. Um brincalhão poderia rechearas prateleiras comas obras completas de Karl Marx e Bolsonaro não perceberia.

Esse brincalhão poderia ser Paulo Guedes. Numa trupe de momos como Abraham Weintraub, Ernesto Araújo e Eduardo Pazuello, era difícil notá-lo no picadeiro. À medida que eles foram sendo defenestrados, Guedes saltou para o centro da lona e nunca mais perdeu uma oportunidade de ficar calado. Exprobou as domésticas por irem à Disney, tachou os **servidores públicos** de parasitas, acusou os pobres de destruir o meio ambiente e ainda os condenou por não saberem poupar e só pensarem em consumir.

Como o show não pode parar, Guedes há pouco criticou o brasileiro por "querer viver 100,120,130 anos" e sobrecarregar a Previdência. Deu mais uma cotovelada na China, acusando--a de ter inventado o vírus e vender uma vacina de segunda. E avisou o IBGE que não lhe mandaria dinheiro para fazer o Censo porque "quem muito pergunta ouve o que não quer".

Está certo. Imagine se, em meio ao espetáculo, alguém perguntar ao público se estão gostando do palhaço.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49512

Os valores de Guedes - BERNARDO MELLO FRANCO

BERNARDO MELLO FRANCO

Paulo Guedes perdeu a aura de superministro, mas continua a ser o homem certo para o cargo que ocupa. Nenhum outro economista espelharia tão bem os valores e princípios do bolsonarismo. Ou a ausência deles.

Em dois anos e quatro meses no poder, Guedes já ofendeu mulheres, **servidores públicos** e pobres em geral. A lista de insultos voltou a crescer na terça-feira, em reunião do Conselho de Saúde Complementar.

Sem saber que estava sendo gravado, o ministro disse que "o chinês inventou o vírus, e a vacina dele é menos efetiva do que a americana". A frase criou um novo atrito diplomático com o maior parceiro comercial do Brasil.

Guedes também reclamou do envelhecimento da população, um fato que deveria ser comemorado. "Todo mundo quer viver cem anos", resmungou, acrescentando que não haveria como atender a todos no setor público.

A queixa revela desprezo pelos idosos mais pobres e insensibilidade com o morticínio no país. Um estudo de Harvard mostrou que a pandemia reduziu a expectativa de vida dos brasileiros em quase dois anos.

O ministro não pode culpar a câmera indiscreta pelo seu festival de preconceitos. Em eventos públicos, ele já fez coisas como chamar servidores de "parasitas" e dizer que a primeira-dama da França "é feia mesmo".

Em outra palestra, apontou o que via como efeito indesejado do dólar baixo: "Empregada doméstica indo para Disneylândia, uma festa danada". Ele sugeriu que as trabalhadoras deveriam se contentar com passeios mais modestos: "Vai para Cachoeiro do Itapemirim, vai conhecer onde o Roberto Carlos nasceu".

Na reunião de terça, Guedes reclamou que o Fies bancou a faculdade de "filho de porteiro" que tirou zero no vestibular. A história é inverossímil porque o programa exige nota mínima para conceder bolsas. Mas a mentira não é o pior da fala ministerial.

Em novembro, o jornal "El País" entrevistou Gabriella Juvenal Figueiredo, mestranda em história da arte na Espanha. Filha de um porteiro e uma doméstica, ela relatou uma vida de discriminação por estudar entre jovens da elite. "Infelizmente, tive de aprender a sobreviver ao lado dessas pessoas que te olham por cima do ombro", disse.

Ao contar o que enfrentou, Gabriella resumiu os valores de Guedes.

Site: https://jornaldigital.oglobo.globo.com/

Tributária deve ser fatiada

Com a instalação da CPI da Covid, que investigará ações e omissões do governo na pandemia, o Planalto corre para tentar emplacar uma agenda positiva. O objetivo é acelerar as reformas tributária e administrativa. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretende fatiar a tributária em quatro, com dois textos que tramitariam na Casa e dois do Senado - onde o presidente Rodrigo Pacheco (DEM-MG), outro aliado do Executivo, deve contribuir para aprovar o projeto.

Aideia, como Liraafirmounes-ta semana, é construir um caminho para a aprovação começando pelos pontos de consenso. Por isso, outros projetos que são alvo de discórdia entre parlamentares devem ser deixados de lado. A articulação se concentrará na PEC 45/2019, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e relatada por Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O relator tem até segunda-feira para apresentar o parecer.

A intenção do Ministério da Economia em acordo com a presidência da Câmara, de fatiar a **reforma tributária**, foi confirmada pelo deputado Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Casa. Ele disse que a simplificação de **tributos** deve ser o primeiro passo, por isso o Executivo pretende iniciar a discussão pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que é a fusão do PIS/Cofins. "Vamos começar pela simplificação tributária. Depois, vamos avançar na direção de organizarmos um sistema tributário mais fácil para o contribuinte, portanto mais simples, que custe menos para pagar corretamente os **impostos** - hoje, temos um exército de funcionários nas empresas só cuidando de cumprir as tributárias - e também uma tributação mais justa", frisou.

Ele também ressaltou que a PEC da reforma administrativa (32/2020), voltada a alterar as regras de estabilidade dos servidores, deve ser votada em maio, com o fim das audiências públicas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), marcado para o dia 14. "A máquina brasileira custa 14% do Produto Interno Bruto. A média na comunidade euro-peia é de 9%, e no Japão, 5%. Então, quem sabe daqui a 30 anos nós possamos ter uma máquina eficiente, comprometida com a qualidade do serviço público, com meritocracia para aqueles que se dedicam", destacou.

Em audiência da CCJ, ontem, Paulo Uebel, ex-secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, também citou que o Brasil tem um dos modelos públicos mais caros do mundo. A porcentagem exata, segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria, publicado no ano passado, é de 13,4% do **PIB** gastos com salários de servidores ativos e inativos.

O argumento de que a proposta ataca privilégios e acaba com o inchaço do funcionalismo público, como argumentam os defensores do projeto, foi duramente criticado por deputados de oposição. Para Fernanda Melchionna (PSol-RS), o fim da estabilidade de carreira em algumas áreas pode permitir que órgãos públicos virem cabide de emprego, pois autoridades poderiam indicar e demitir servidores com liberdade.

"Essa proposta não acaba com privilégios, ela os aumenta, gera cabides de emprego no serviço público", disse. E continuou: "Alguém que não tem estabilidade, que não integra o Estado, depois ter uma avaliação negativa e sair dos quadros, pode levar uma série de dados ou ser captado para corrupção. Nós estamos vendo uma barbaridade por parte do governo que faz um discurso vago, ideoló- gico, demagógico. Mente que é para atacar privilégios, quando, na verdade, não faz isso. Nem Juí-zes, magistrados e militares estão aqui (na proposta)", disparou.

Defensor da agenda de reformas, Kim Kataguiri (DEM-SP) também falou contra o projeto, ao ressaltar que o texto não acaba com as elevadas remunerações de juízes e parlamentares, por exemplo. "O país gasta mais de R$ 20 bilhões por ano com supersalários. É um valor, trazendo para a nossa realidade de pandemia, que poderia possibilitar a aquisição de 370 milhões de doses da CoronaVac", sustentou. "Para mim, que defendo uma reforma estrutural no Estado brasileiro, essa é uma reforma que não me serve."

Bolsonaro aguarda PRTB

O presidente Jair Bolsonaro aguarda uma resposta da família de Levy Fidelix para saber se vai se filiar ao PRTB. A negociação tem sido conduzida pelos filhos do fundador da legenda após a morte dele, dia 23. O fator que pode determinar uma futura filiação é a disposição da sigla de dar carta branca ao chefe do Planalto para alterar o comando de diretórios estaduais e ter peso nas decisões da Executiva Nacional.

"Ele (Fidelix) tinha suas posições, era um conservador, era uma pessoa muito parecida comigo nos seus posicionamentos", disse Bolsonaro, em live ontem à noite. Recentemente, o presidente afirmou que procurava uma legenda para ser "dono". No caso do PRTB, auxiliares avaliam que não faria sentido ele entrar em uma sigla nanica e não ter o controle interno.

Na terça-feira, Bolsonaro recebeu os três filhos de Fidelix. Levy Filho, Karina e Lívia estiveram no Palácio da Alvorada em uma reunião com a presença de Karina Kufa e Admar Gonzaga, advogados eleitorais do presidente. Levy Filho, secretá-rio-geral do PRTb, é o principal entusiasta da ideia de filiar Bol-sonaro e se dispôs a dar total autonomia a ele. Mas Karina Fidelix resiste. Ela tem pretensões de assumir, com o marido, Rodrigo Tavares, presidente do PRTB-SP o comando da legenda. Os irmãos decidiram que vão debater o assunto e que a resposta final será dada por Al-dineia, viúva de Fidelix e atual presidente do partido.

Propostas

A PEC 45, que tramita na Câmara, prevê a fusão delPI, PIS, Cofins (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal). Já a proposta que está com os senadores, PEC 110, une IPI, PIS, Cofins, IOF, CSLL, Cide, Salário Educação (federais), ICMS (estadual) eISS (municipal).

Continuidade das reformas é fundamental (2)

Bruno Funchal, Secretário do Tesouro Nacional desde julho de 2020, será o novo secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia; é doutorem economia (FGV-RJ), professor e pesquisador do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e ex-secretário de Fazenda do Espírito Santo

Reorganizar as contas públicas e promover o aumento da produtividade são dois dos principais desafios da economia brasileira e os dois maiores alvos da agenda de reformas do governo federal.

A esses desafios somou-se o forte e inesperado choque provocado pela Covid-19. Para enfrentá-lo, foi preciso cuidar do hoje: diversos programas foram editados em 2020, importantes para proteger aqueles que mais precisam e para manter vivas as bases da economia, preservando empresas e empregos.

Mas não se pode descuidar do amanhã. O custo fiscal dessas medidas foi elevado e a conta ficou para as gerações futuras. O endividamento do Brasil, que já era maior que o de seus países pares da América Latina, aumentou de 76% para quase 89% do **PIB**.

A pandemia não acabou, e o país entrou em 2021 convivendo com a doença e com a necessidade de ações para seu enfrentamento. Dado o gasto já realizado, o espaço para novas medidas é bastante limitado, mas, felizmente, todos aprenderam com o que foi feito e é possível proteger aqueles que mais precisam com ações mais focalizadas e produtivas, utilizando os programas bem-sucedidos de 2020. Junto com a vacinação acelerada, essas são as melhores políticas para cuidar das pessoas e das contas públicas neste ano.

Para não descuidar do amanhã, é preciso manter um bom ambiente econômico, capaz de atrair investimentos privados e gerar emprego e renda. Para isso, a continuidade das reformas é fundamental. Muito já foi feito, mas é preciso continuar avançando; afinal, o Brasil já vai para o oitavo ano consecutivo com as contas no vermelho e a produtividade está estagnada há 40 anos.

Do lado fiscal, a criação do teto de gastos em 2016 trouxe maior previsibilidade e credibilidade para o controle dos gastos públicos, que cresciam em média 5,6% ao ano acima da **inflação**, um ritmo nitidamente insustentável.

O teto de gastos representou uma mudança de paradigma e foi bastante reforçado pela reforma da Previdência em 2019 e pelo novo marco fiscal (EC109) em 2021. Essa reorganização fiscal melhorou a percepção de risco dos investidores, fazendo despencaras taxas de juros no Brasil e gerando uma economia de dezenas de bilhões de reais por ano em pagamento de juros. A Selic, que estava em 14,25% ao ano antes da criação do teto de gastos, caiu para 4,5% antes da pandemia, enquanto a **inflação**, que chegou a bater dois dígitos antes da medida, convergiu para valores abaixo da meta depois dela.

O gasto elevado em 2020 e incertezas acerca da evolução da pandemia, no entanto, fazem com que hoje a curva de juros brasileira seja uma das mais inclinadas do mundo, o que significa que contrair empréstimos de longo prazo no Brasil é caro, elevando o custo do investimento, prejudicando a geração de emprego e renda e penalizando aqueles que mais precisam.

A **inflação** também dá sinais de que é preciso acelerar a agenda de reformas, pois preservar o poder de compra é peça fundamental no cuidado com os mais pobres. Não há espaço para errar. É preciso avançar com as reformas estruturantes, como a administrativa, que permitam a continuidade da reorganização das contas públicas e fortaleçam a credibilidade fiscal.

Em paralelo, reformas que olhem para a produtividade da economia são fundamentais, pois significam a base para acelerar o crescimento econômico. Muito já foi feito, como a reforma trabalhista, os novos marcos legais do saneamento e do gás, o novo FGTS e a nova lei de falências e recuperação judicial. Mas é preciso avançar ainda mais. Reformas microeconômicas, como os novos marcos legais para ferrovias, cabotagem e energia, são essenciais, assim como a agenda de privatizações. E a **reforma tributária**, por sua vez, vai descomplicar o ambiente de negócios, hoje uma das principais amarras para o crescimento.

Evoluindo com essa agenda de reorganização fiscal e de produtividade, não há dúvidas de que criaremos um ciclo virtuoso para a economia e escreveremos um futuro melhor para os brasileiros, principalmente para os mais pobres, com mais investimento, mais emprego e mais renda.

[...] Reformas microeconômicas, como os novos marcos legais para ferrovias, cabotagem e energia,

são essenciais, assim como a agenda de privatizações. E a **reforma tributária**, por sua vez, vai descomplicar o ambiente de negócios, hoje uma das principais amarras para o crescimento

Bruno Funchal, Secretário do Tesouro Nacional desde julho de 2020, será o novo secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia; é doutorem economia (FGV-RJ), professor e pesquisador do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e ex-secretário de Fazenda do Espírito Santo

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49512

Atraso no Orçamento segura despesas, e governo tem superávit de R$ 24,4 bi no ano

Fábio Pupo brasília

O atraso no Orçamento de 2021, sancionado apenas neste mês, limitou as despesas federais e contribuiu para o governo registrar um superávit de R$ 24,4 bilhões no acumulado do ano (de janeiro a março).

O Tesouro Nacional destacou que houve queda de R$ 7,1 bilhões em despesas não obrigatórias no trimestre na relação com igual período do ano passado, "influenciada pela não aprovação do Orçamento".

Em caso de atraso no Orçamento, a execução dos gastos não obrigatórios precisa obedecer a uma limitação mensal -que, no caso de 2021, era de até 1/18 avos do total previsto. O texto só foi sancionado pelo presidente no dia 22.

O superávit no trimestre coincide ainda com a ausência de medidas econômicas voltadas à Covid, interrompidas na virada do ano. A principal delas, o auxílio emergencial, só voltou a ser pago em abril.

Bruno Funchal, secretário do Tesouro, afirma que o atraso das medidas ocorreu devido à discussão sobre normas orçamentárias. "Foi muito mais uma questão de lidar com as regras fiscais do que planejamento", disse ele.

No entanto, a não inclusão de medidas no Orçamento desde agosto do ano passado até a aprovação no Congresso em março foi justamente um dos motivos que levaram à necessidade de novas brechas para liberar recursos fora das regras fiscais.

Funchal reconheceu que o ideal a respeito das regras seria mudar a meta fiscal neste ano para acomodar os novos programas, mas que isso levaria mais tempo. A opção de governo e Congresso foi simplesmente tirar certas ações do cálculo da meta fiscal.

As despesas totais no trimestre tiveram queda real de 0,4% no acumulado do ano (frente a um ano atrás), para R$ 344 bilhões de janeiro a março de 2021.

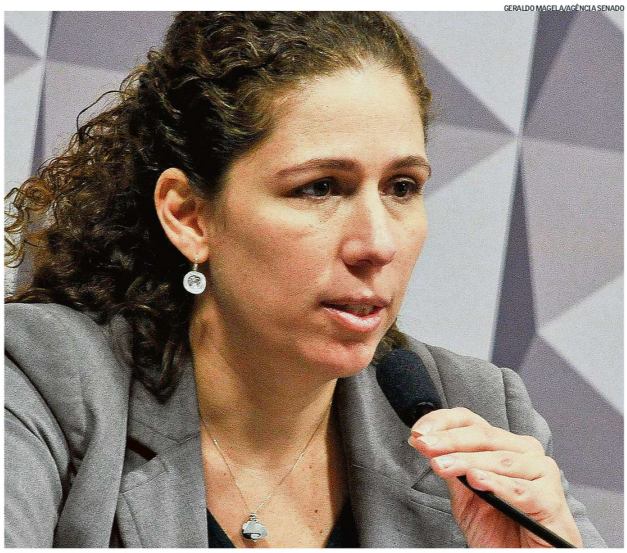
Já as receitas totais subiram 7,6%, para R$ 453,7 bilhões, devido a melhora na arrecadação em relação ao ano passado. De acordo como Tesouro, o movimento é influenciado pela recuperação econômica. De forma marginal, também pela devolução de R$ 3,6 bilhões em auxílio emergencial pago indevidamente.

REFORMA tributária deve ser fatiada, diz líder DO GOVERNO

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou nesta quinta (29) que a **reforma tributária** deve ser votada provavelmente em quatro etapas, e começar pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que funde PIS e Cofins.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49512

No entorno de Lula, grupo busca regras fiscais alternativas


GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Esther Dweck: "Será algo que combine flexibilidade no curto prazo com sustentabilidade da dívida no longo prazo"

Ricardo Mendonça e CristianeAgostine De São Paulo

Críticos ferozes da norma do teto de gastos desde o início da tramitação da matéria no Congresso, economistas ligados ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva discutem reservadamente que tipo de regra fiscal deverá ser adotada num eventual retorno do PT à Presidência. O tema é sensível aos agentes do mercado financeiro, ansiosos para avaliar os riscos associados a uma volta do petista ao poder. Com a elegibilidade restaurada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Lula lidera as pesquisas em situação de empate técnico com o presidente Jair Bolsonaro.

Visto como uma das figuras mais próximas do petista, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad sintetiza assim o atual estágio de entendimento do partido nesse assunto: "Hoje temos três regras fiscais: regra de ouro, teto de gastos e lei de responsabilidade fiscal. O governo está propondo duas novas, que é teto de custeio e teto de dívida. Vamos ser talvez o único país do mundo com cinco regras fiscais. Ingovernável um país com cinco regras fiscais. Existe um cardápio de regras fiscais no mundo. Essas cinco eu nem sei se são as melhores, provavelmente são as piores. Mas há um cardápio. Quando você questiona uma regra fiscal, não significa que seja contra toda regra fiscal. Irresponsabilidade é não discutir qual seria o melhor caminho para estabilizar a economia." Embora ainda não tenha uma fórmula pronta para mostrar, o que só deverá surgir na campanha, Haddad cita o que seria a premissa básica para o enquadramento da questão fiscal num governo Lula. "Não vejo condições de resolver o problema fiscal sem crescimento. Por isso acho que o governo está em uma sinuca insuperável. Não vai conseguir sair da armadilha que criou para si mesmo. O fiscal não vai se resolver pelo fiscal. É combinação de políticas que vai resolver. O fiscal já é causa cia crise e consequência da crise." Também próxima de Lula, com quem tem se encontrado sempre que o líder encomenda algum estudo nesse campo, a economista Esther Dweck, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, garante que um novo governo petista terá, sim, alguma regra fiscal a ser seguida. Mas diz ser impossível afirmar agora qual seria, pois o modelo depende da evolução das discussões em torno de Lula e do desenrolar da gestão Jair Bolsonaro.

"Estamos discutindo isso desde 2018. Não é uma coisa trivial. Não tenho como dizer agora o que vai ser. Mas posso afirmar que será algo que combine flexibilidade no curto prazo com sustentabilidade da dívida no longo prazo. É preciso flexibilidade para poder governar. E então crescer a economia para ajustar o fiscal. Uma regra muito rígida perde a credibilidade, pois todos sabem que o governo não consegue cumprir. Aí conserta com gambiarra. É o que ocorre hoje, isso sim irresponsável", afirma.

Tanto Haddad como Dweck ressaltam a necessidade de cuidado com as palavras, para não gerar stress, e respeito a uma espécie de rito que deverá ser cumprido pelos petistas até a campanha eleitoral.

No entorno de Lula, o roteiro para aprofundamento desse tema prevê a designação de um interlocutor que irá falar em nome do candidato. Como o ex-presidente tem dito que não quer tratar de 2022 neste momento, apenas de questões mais urgentes, como fome e pandemia, a expectativa é que a designação desse interlocutor só ocorra no ano que vem.

Profissionais do mercado financeiro têm procurado Haddad e outras figuras próximas a Lula para debater o assunto. Essas primeiras tentativas de interface por iniciativa externa, porém, não estão sendo aceitas. Por enquanto. Acompanhado do economista Guilherme Mello, da Unicamp, Haddad tem se reunido com economistas que atuam no Brasil e no exterior para ouvir avaliações e colher ideias que depois poderão ser aproveitadas num plano econômico. São

"progressistas não-petistas", limita-se a dizer o ex-prefeito, 70% deles acadêmicos, 30% ligados ao mercado financeiro. A síntese dessas conversas é depois apresentado a Lula.

Uma pista para entender o que tende a ser uma possível política econômica do PT está no documento "Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil", um documento de 215 páginas elaborado no âmbito da Fundação Perseu Abramo, ligada ao partido, e que reúne avaliações e propostas elaboradas por 22 grupos temáticos. A iniciativa foi liderada pelo ex-senador e ex-ministro Aloizio Mercadante, outro que tem conversado frequentemente com Lula sobre economia. O ex-presidente compareceu ao lançamento da apostila, no fim de 2020, e costuma citar o material em entrevistas.

O capítulo de economia foi coordenado por Mello e pelo próprio Mercadante. Resume debates realizados num núcleo de 31 economistas, muitos deles ex-colaboradores dos governos petistas. Entre os nomes mais conhecidos estão os ex-ministros Nelson Barbosa e Tereza Campeio, os economistas Paulo Nogueira Batista Jr. e Ricardo Carneiro, e o ex-presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli.

"Esse documento é um ponto de partida. Aberto à crítica, aberto ao debate. O programa de governo vai depender do candidato e vai depender da coligação que será feita", diz Mercadante. "São elementos, alguns mais detalhados, para construção de um projeto de país. Medidas emergenciais, medidas de transição e medidas para o futuro, estruturais", afirma Mello.

Em linhas gerais, o "Plano de Reconstrução" defende uma estratégia de ampliação do papel do Estado e aumento de gastos públicos como meio para dinamizar a economia. Propostas "pensadas fora dos estreitos limites da ortodoxia neoliberal". No rol de medidas estão uma **reforma tributária** "marcadamente progressiva", alívio da carga tributária sobre os mais pobres e pequenas empresas, uma reforma bancária para aumentar a competição e a oferta de crédito.

O documento defende a ideia de que o aumento da dívida pública, com a emissão de moeda, "não é impeditivo" para o Brasil, já que o país tem reservas internacionais na casa dos US$ 340 bilhões. "A dívida pública brasileira está em patamares sustentáveis, bem inferiores às de muitos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)".

A crítica às atuais regras fiscais, chamadas no plano de "austericidas", estão registradas. "Os falsos limites dados pela ortodoxia fiscal permanente e pelo absurdo e insustentável teto de gastos precisam ser eliminados com urgência. Assim como também têm de ser revistas as autoimposições de limites de gastos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela chamada Regra de Ouro", diz o texto.

Entrevistas recentes de Lula indicam que o material não deve ser interpretado ao pé da letra. Um dos pontos destacados com ênfase no papel é a oposição às privatizações. Em entrevista ao jornalista Reinaldo Azevedo no início do mês, porém, Lula demonstrou menos ímpeto nesse campo, o que provou surpresa até entre aliados. Após defender um governo "indutor do desenvolvimento", aventou a hipótese de transformar a Caixa numa empresa de economia mista. "Por que você não pode colocar ações e essas empresas serem de economia mista?", questionou.

No entorno de Lula há consciência sobre a ansiedade gerada entre no mercado ante a possibilidade de uma possível volta do PT ao poder. Uma das medidas para tentar arrefecer esse tipo de sentimento é exaltar o comportamento e os resultados obtidos durante os mandatos do ex-presidente. "O governo que mais produziu superávit primário foi Lula. Quem mais reduziu a dívida foi Lula. Os anos Lula foram de estrita responsabilidade fiscal. Isso diz mais do que qualquer outra coisa", afirma Mello.

O próprio Lula tem sintetizado isso em suas falas. "Do que o mercado tem medo?", questionou em março, já no primeiro discurso após o restabelecimento da elegibilidade. "Não tenham medo de mim. Eu sou radical porque quero ir à raiz do problema", acenou.

Site: https://www.valor.com.br/virador/#/edition/186830

Reforma tributária deve ser fatiada em quatro partes no Congresso

Com a instalação da CPI da Covid, que investigará ações e omissões do governo na pandemia, o Planalto corre para tentar emplacar uma agenda positiva. O objetivo é acelerar as reformas tributária e administrativa. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretende fatiar a tributária em quatro, com dois textos que tramitariam na Casa e dois do Senado - onde o presidente Rodrigo Pacheco (DEM-MG), outro aliado do Executivo, deve contribuir para aprovar o projeto.

A ideia, como Lira afirmou nesta semana, é construir um caminho para a aprovação começando pelos pontos de consenso. Por isso, outros projetos que são alvo de discórdia entre parlamentares devem ser deixados de lado. A articulação se concentrará na PEC 45/2019, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e relatada por Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O relator tem até segunda-feira para apresentar o parecer.

A intenção do Ministério da Economia em acordo com a presidência da Câmara, de fatiar a **reforma tributária**, foi confirmada pelo deputado Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Casa. Ele disse que a simplificação de **tributos** deve ser o primeiro passo, por isso o Executivo pretende iniciar a discussão pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que é a fusão do PIS/Cofins. "Vamos começar pela simplificação tributária. Depois, vamos avançar na direção de organizarmos um sistema tributário mais fácil para o contribuinte, portanto mais simples, que custe menos para pagar corretamente os **impostos** - hoje, temos um exército de funcionários nas empresas só cuidando de cumprir as tributárias - e também uma tributação mais justa", frisou.

Ele também ressaltou que a PEC da reforma administrativa (32/2020), voltada a alterar as regras de estabilidade dos servidores, deve ser votada em maio, com o fim das audiências públicas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), marcado para o dia 14. "A máquina brasileira custa 14% do Produto Interno Bruto. A média na comunidade europeia é de 9%, e no Japão, 5%. Então, quem sabe daqui a 30 anos nós possamos ter uma máquina eficiente, comprometida com a qualidade do serviço público, com meritocracia para aqueles que se dedicam", destacou.

Em audiência da CCJ, ontem, Paulo Uebel, ex-secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, também citou que o Brasil tem um dos modelos públicos mais caros do mundo. A porcentagem exata, segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria, publicado no ano passado, é de 13,4% do **PIB** gastos com salários de servidores ativos e inativos.

O argumento de que a proposta ataca privilégios e acaba com o inchaço do funcionalismo público, como argumentam os defensores do projeto, foi duramente criticado por deputados de oposição. Para Fernanda Melchionna (PSol-RS), o fim da estabilidade de carreira em algumas áreas pode permitir que órgãos públicos virem cabide de emprego, pois autoridades poderiam indicar e demitir servidores com liberdade.

"Essa proposta não acaba com privilégios, ela os aumenta, gera cabides de emprego no serviço público", disse. E continuou: "Alguém que não tem estabilidade, que não integra o Estado, depois ter uma avaliação negativa e sair dos quadros, pode levar uma série de dados ou ser captado para corrupção. Nós estamos vendo uma barbaridade por parte do governo que faz um discurso vago, ideológico, demagógico. Mente que é para atacar privilégios, quando, na verdade, não faz isso. Nem Juízes, magistrados e militares estão aqui (na proposta)", disparou.

Defensor da agenda de reformas, Kim Kataguiri (DEM-SP) também falou contra o projeto, ao ressaltar que o texto não acaba com as elevadas remunerações de juízes e parlamentares, por exemplo. "O país gasta mais de R$ 20 bilhões por ano com supersalários. É um valor, trazendo para a nossa realidade de pandemia, que poderia possibilitar a aquisição de 370 milhões de doses da CoronaVac", sustentou. "Para mim, que defendo uma reforma estrutural no Estado brasileiro, essa é uma reforma que não me serve."

Saiba mais

Propostas

A PEC 45, que tramita na Câmara, prevê a fusão de IPI, PIS, Cofins (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal). Já a proposta que está com os senadores, PEC 110, une IPI, PIS, Cofins, IOF, CSLL, Cide, Salário Educação (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal).

O presidente Jair Bolsonaro aguarda uma resposta da família de Levy Fidelix para saber se vai se filiar ao PRTB. A negociação tem sido conduzida pelos filhos do fundador da legenda após a morte dele, dia 23. O fator que pode determinar uma futura filiação é a disposição da sigla de dar carta branca ao chefe do Planalto para alterar o comando de diretórios estaduais e ter peso nas decisões da Executiva Nacional.

"Ele (Fidelix) tinha suas posições, era um conservador, era uma pessoa muito parecida comigo nos seus posicionamentos", disse Bolsonaro, em live ontem à noite. Recentemente, o presidente afirmou que procurava uma legenda para ser "dono". No caso do PRTB, auxiliares avaliam que não faria sentido ele entrar em uma sigla nanica e não ter o controle interno.

Na terça-feira, Bolsonaro recebeu os três filhos de Fidelix. Levy Filho, Karina e Lívia estiveram no Palácio da Alvorada em uma reunião com a presença de Karina Kufa e Admar Gonzaga, advogados eleitorais do presidente. Levy Filho, secretário-geral do PRTB, é o principal entusiasta da ideia de filiar Bolsonaro e se dispôs a dar total autonomia a ele. Mas Karina Fidelix resiste. Ela tem pretensões de assumir, com o marido, Rodrigo Tavares, presidente do PRTB-SP, o comando da legenda. Os irmãos decidiram que vão debater o assunto e que a resposta final será dada por Aldineia, viúva de Fidelix e atual presidente do partido.

Site:
http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/04/4921268-reforma-tributaria-deve-ser-fatiada-em-quatro-partes-no-congresso.html

Melhor é jogar o mais pra frente possível, diz Tesouro sobre decisão do STF (STF)

Fábio Pupo

O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, afirmou nesta quinta-feira (29) que a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a exclusão do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) da base de cálculo de PIS e Cofins é um dos maiores riscos fiscais existentes hoje para a União.

O STF já determinou a exclusão no passado e o interesse do governo agora está na análise do recurso em que a União pede para o Supremo esclarecer o alcance da decisão.

"É um risco fiscal grande. Acho que é um dos maiores que a gente tem, e que vai ter uma repercussão muito significativa. A gente não tem espaço para mais perda de receita e isso vai gerar uma perda", afirmou. "Então a melhor modulação é jogar o mais para a frente possível [a data em que a decisão começaria a ter efeito]", disse.

Segundo ele, o tema ressalta a necessidade de discutir a **reforma tributária**. "Esse ponto traz para a gente a importância de discutir a **reforma tributária** para reduzir esse contencioso. Esse problema é reflexo do nosso sistema tributário", afirmou.

Não há uma certeza sobre o tamanho do prejuízo que uma decisão contra a União representaria. Segundo a **Receita Federal**, o potencial impacto econômico está na ordem de R$ 258,3 bilhões.

Perguntado, o Tesouro afirmou não saber a distribuição desse impacto ao longo dos anos.

Nesta quarta-feira (28), como mostrou a Folha, o ministro Paulo Guedes (Economia) pediu ao presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) , Luiz Fux, que a corte evite um prejuízo aos cofres públicos.

A reunião foi nesta quarta-feira (28), e o julgamento sobre o tema estava marcado para quinta (29) como segundo item da pauta.

Como a análise da ação sobre o prazo de proteção de patentes de medicamentos (previsto para ocorrer antes) se estendeu, o STF adiou para a próxima semana o julgamento relativo ao alcance da decisão sobre PIS/Cofins

Os ministros irão julgar o recurso da União para que a decisão não tenha efeito e valha apenas para processos futuros. Assim, o governo acredita que evitará derrotas judiciais que podem impor prejuízos bilionários para o Executivo.

Caso prevaleça esse entendimento, as empresas garantiriam o direito de recolher PIS e Cofins sem o valor do ICMS embutido no cálculo, mas não poderiam pedir para o governo devolver o imposto que foi recolhido com base na fórmula antiga

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Carregando...

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/melhor-e-jogar-o-mais-pra-frente-possivel-diz-tesouro-sobre-decisao-do-stf.shtml

De 'chinês inventou o vírus' a empregada 'indo para a Disneylândia', relembre frases de Guedes

Daniela Arcanjo

O ministro da Economia Paulo Guedes voltou a ser assunto por mais uma declaração nesta quinta-feira (29). Ele criticou o Fies e disse que o filho de um porteiro foi supostamente aprovado com nota zero.

"Houve excessos no Fies. É verídico. O porteiro do meu prédio um dia me falou 'doutor Paulo, meu filho fez vestibular para uma faculdade privada, e olha a carta que recebi'. A carta dizia 'parabéns, o senhor foi aprovado com média...' e tinha um espaço. Era uma carta padronizada. E no espaço a média zero. Então claramente houve excessos", disse.

A declaração foi dada em reunião do Conselho de Saúde Suplementar nesta terça-feira (27), que ele não sabia que estava sendo gravada. Nessa reunião ele também afirmou que "o chinês inventou o vírus".

"O chinês inventou o vírus e a vacina dele é menos efetiva que a do americano. O americano tem cem anos de investimento em pesquisa. Então os caras falam: 'qual o vírus? É esse? tá bom'. Decodifica, tá aqui a vacina da Pfizer. É melhor do que as outras", disse Guedes.

Relembre outras frases controversas do economista ao longo de dois anos e meio à frente da pasta.

Tchutchuca

3.abr.2019, após ouvir do deputado Zeca Dirceu (PT-PR) que seria "tigrão" com os aposentados e "tchutchuca" com privilegiados em reunião da CCJ da Câmara "É feia mesmo"

5.set.2019, em evento com empresários em Fortaleza , após Bolsonaro endossar em rede social comentário ofensivo contra a primeira-dama francesa AI-5

25.nov.2019, em entrevista coletiva em Washington , durante convulsão social em países da América Latina e após Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, falar que se a esquerda "radicalizar", resposta pode ser "via um novo AI-5" Destroem o ambiente para comer

21.jan.2020, no Fórum Econômico Mundial em Davos Virou um parasita

7.fev.2020, em palestra na FGV ? Festa danada

12.fev.2020, em discurso do Seminário de Abertura do Ano Legislativo da Revista Voto, após o dólar atingir R$ 4,35, recorde nominal até então Empresas pequenininhas

22.abr.2020, em vídeo de reunião ministerial tornado público pelo ministro Celso de Mello, do STF Granada

22.abr.2020, em vídeo de reunião ministerial tornado público pelo ministro Celso de Mello, do STF Ninguém trabalha

20.mai.2020, em reunião com empresários , sobre a prorrogação do auxílio emergencial V de Nike

5.ago.2020, durante audiência virtual sobre **reforma tributária** Chines inventou o vírus

27.abr.2021, em reunião do Conselho de Saúde Suplementar , sem saber que estava sendo gravado 130 anos

27.abr.2021, em reunião do Conselho de Saúde Suplementar, sem saber que estava sendo gravado Média zero

27.abr.2021, em reunião do Conselho de Saúde Suplementar, sem saber que estava sendo gravado

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Carregando...

Site: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/de-chines-inventou-o-virus-a-empregada-indo-para-a-disneylandia-relembre-frases-de-guedes.shtml

Benefícios fiscais atingem patamar recorde e equivalem a quase um quarto da arrecadação do país

Por Bianca Lima e Luiz Guilherme Gerbelli, GloboNews e G1

Com um rombo previsto de R$ 286 bilhões nas contas públicas deste ano, o governo federal deixará de arrecadar um valor bem maior - R$ 351 bilhões - em benefícios fiscais concedidos a empresas e grupos específicos. O valor é equivalente a quase um quarto da arrecadação da União - um patamar recorde.

Na prática, os chamados gastos tributários são recursos que deixam de entrar no cofre do governo federal. São exceções que permitem que determinadas empresas e grupos beneficiados paguem menos **impostos**.

Os cálculos são da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite) e levam em conta os dados da **Receita Federal**.

Na lista de beneficiários e privilegiados pelas exceções tributárias estão, por exemplo, as empresas que integram o Simples e a Zona Franca de Manaus.

Senado aprova PEC que prorroga por 50 anos Zona Franca de Manaus

É como se a gente morasse em um prédio onde mais de 20% das pessoas não pagam o condomínio, e as outras 80% têm de pagar para manter esse privilégio , diz Rodrigo Spada, presidente da Febrafite. É uma situação impensável, mas é o que acontece nesse condomínio chamado Brasil.

Numa análise mais ampla, os gastos tributários equivalem a 4,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

No momento atual, de orçamento apertado , há uma grande crítica por parte dos analistas em relação à concessão dessas isenções tributárias, já que a maioria não é avaliada periodicamente nem tem prazo para acabar.

Ministério da Economia eleva para R$ 286 bi a previsão de rombo nas contas do governo em 2021

Hoje, segundo a Febrafite, o governo federal tem 124 benefícios tributários em vigor, sendo 73 com prazo indeterminado. Ou seja, 72%.

Boa parte das políticas públicas realizadas por meio de renúncia de receita não tem uma avaliação, e o benefício é concedido sem nenhum prazo de validade para ser finalizado , diz a economista Vilma da Conceição Pinto, autora do estudo da Febrafite e especialista em contas públicas. Nem sempre há uma avaliação antes de se iniciar a política, nem do custo e nem da eficiência.

A concessão de benefícios fiscais no Brasil ganhou força no início da década passada. Com um crescimento acelerado, os gastos tributários já superam, por exemplo, a meta de déficit primário para este ano, que é de R$ 247,1 bilhões. As isenções também financiariam quase oito programas do Auxílio Emergencial - a nova rodada deste ano custará R$ 44 bilhões.

Após impasse com o Congresso, governo sanciona com vetos Orçamento de 2021

Com a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial, em março deste ano, o governo se comprometeu a apresentar um plano para reduzir os benefícios tributários de 4% do **PIB** para 2%, num prazo de oito anos.

"A PEC prevê que o Poder Executivo tem de encaminhar um plano de redução de gastos tributários. Só que cabe aprovação (do Congresso). O governo só vai encaminhar o texto e, se vai ser aprovado ou não, se vai ser aceito ou não, vai depender da tramitação e do encaminhamento dessa proposta", explica Vilma.

Mas é um plano ousado, quando a gente olha a história de gasto tributário. Pelo menos, desde 2006, ele nunca foi abaixo de 3% do **PIB** , diz Vilma. A proposta de cortes precisa ser enviada pelo Executivo ao Congresso até setembro.

Procurado, o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - órgão ligado ao Ministério da Economia, Casa Civil, e Controladoria Geral da União

(CGU) - não se manifestou.

Guerra entre os Estados

As isenções tributárias não ficam restritas à União.

Na chamada guerra fiscal, os Estados também concedem benefícios via menor alíquota de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), numa tentativa de atrair investimentos com novas empresas. O tributo responde pela maior parte da arrecadação dos governos estaduais.

Segundo o levantamento da Febrafite, o Amazonas abriu mão, no ano passado, de um montante equivalente a 84% da sua arrecadação de ICMS, devido às desonerações. Em Goiás e Mato Grosso, essa relação foi de 43% e 42%, respectivamente.

Ao todo, as renúncias tributárias dos estados chegam a 1,2% do **PIB** do país.

Com Auxílio Emergencial, maioria dos estados vê arrecadação de ICMS subir

É um volume bastante expressivo, ainda mais porque os Estados enfrentam uma situação de desequilíbrio das contas públicas , afirma Vilma. E esse desequilíbrio não foi em decorrência da pandemia, é um problema estrutural, já de alguns anos.

Melhora passa por reforma

Entre os analistas, o consenso é de que uma redução das distorções tributárias só deve ocorrer se o país encampar uma **reforma tributária** ampla, que contemple estados e municípios.

Em julho do ano passado, a equipe econômica enviou ao Congresso uma proposta que prevê apenas a unificação do PIS e do Cofins, para criar a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS).

"A reforma precisa ser estrutural. É muito difícil ficar mensurando as forças sociais. Na verdade, quem pode mais politicamente paga menos", afirma Spada. "Para conseguir rever essa questão, o país precisa de uma grande reforma: zerar a chave e colocar um sistema mais simples, mais transparente."

O projeto está parado em uma comissão mista do Congresso, que também analisa outros dois textos, mais amplos, vindos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A proposta da Câmara prevê a substituição de cinco **tributos** federais, estaduais e municipais (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um só, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Já a do Senado prevê a união de nove **tributos** (também dos três níveis da federação: ICMS, ISS, IPI, PIS, Cofins, Cide, Pasep, IOF e Salário-educação) para criar o Imposto Sobre Operações de Bens e Serviços (IBS).

No sábado (24), o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que a versão inicial da **reforma tributária** será divulgada em 3 de maio.

Vídeos: Últimas notícias de economia

Site:
https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/30/beneficios-fiscais-atingem-patamar-recorde-e-equivalem-a-quase-um-quarto-da-arrecadacao-do-pais.ghtml

A Reforma Tributária entra em campo

Arthur Lira se mexeu nos bastidores e conseguiu um modo de a **Reforma Tributária** finalmente sair do papel. Costurou com Jair Nolsonaro, Rodrigo Pacheco, com a equipe econômica e com os líderes dos partidos para que ela seja fatiada.

Ou, como diz um interlocutor de Lira: Vamos comer o boi por partes .

A reforma tramitará aos pedaços, começando pelos temas em que há maior consenso e avançando pelos mais polêmicos - dos mais fáceis para os mais complicados.

Já está decidido que inicialmente será debatido e votado o CBS, a Contribuição sobre Bens e Serviços que substituirá o PIS e a Cofins . Já nos próximos dias, Lira indicará um relator para a matéria.

Outra decisão tomada em conjunto pelos presidentes da Câmara e do Senado é dividir a reforma pelas duas casas legislativas para apressar a tramitação. Ou seja, algumas partes da reforma começarão a ser discutidas no Senado e depois seguempara a Câmara; e vice-versa.

Site: https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/reforma-tributaria-entra-em-campo.html

Investimento público em educação reduz desigualdade de renda

Douglas Gavras são paulo

A educação pública é uma das políticas mais eficazes no combate às desigualdades no Brasil, segundo levantamento exclusivo do Made/ USP (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades) . Os dados apontam que os gastos com educação reduzem em até 9,62% o índice que mede a diferença de renda.

O índice de Gini serve para indicar a desigualdade, em uma escala que varia de o (perfeita igualdade) a 1 (desigualdade máxima). Com os investimentos em ensino público, de acordo com o levantamento, esse índice cair ia de 0,568 (com base em dados de 2017 e 2018) para até 0,513.

O levantamento do Made/ USP tem por base os dados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), do IBGE. Também foram considerados os investimentos diretos por estudante divulgados pelo Inep, do Ministério da Educação.

Os pesquisadores concluíram que os investimentos em fases diferentes da formação também têm pesos distintos na redução da desigualdade. Os principais gastos responsáveis pela queda são os destinados ao ensino fundamental público, que reduz o índice de Gini de 3,08% a 6,27%.

No caso do ensino médio, a queda é de 1,20% a 2,05%. Já os gastos públicos com ensino superior podem ser considerados neutros para efeito de redução da desigualdade.

Gaiger lembra que a educação pública fundamental passou por um processo mais antigo de universalização. "A evasão escolar acaba sendo mais comum, no entanto, a partir do ensino médio, o que se reflete na baixa qualificação do trabalhador brasileiro, em geral."

Do ponto de vista racial, as famílias cujos responsáveis são pretos ou pardos, pela classificação do IBGE, são as que têm maior participação nos gastos públicos com educação, por estarem concentradas nas camadas de menor renda.

O estudo aponta o quanto as famílias mais pobres dependem do gasto com ensino público e elas são beneficiadas com mais de 55% dos investimentos em educação. Entre as mais ricas, esse percentual cai para 12%.

"Os mais pobres só podem contar com a educação pública, enquanto a classe média acaba pagando por escolas particulares, muitas vezes de qualidade baixa, e os filhos das famílias de maior renda só entram no sistema público no nível superior", afirma o pesquisador.

Quando se olha para os extremos, os dados do Made apontam que 93,3% dos gastos totais em educação dos 10% mais pobres são públicos, enquanto no caso do décimo mais rico, esses gastos correspondem apenas a 13,3% do total.

Com as perdas impostas pela pandemia, a situação dos jovens brasileiros se tomou ainda mais preocupante. Uma estimativa recente do FMI (Fundo Monetário Internacional) também aponta que as aulas perdidas, caso não sejam compensadas, podem levar a uma redução de cerca de 8% da renda ao longo da vida para estudantes brasileiros que têm de 10 a 19 anos.

Reportagem recente da Folha também mostrou como as chances de um filho repetir a baixa escolaridade dos pais no Brasil é o dobro da probabilidade de isso ocorrer nos Estados Unidos, segundo dados do Imds (Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social).

"O Brasil tem aumentado o gasto com educação desde

a década de 1990. Quando se comparam os resultados com outros países, que estão no Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), no entanto, gastamos muito, mas os resultados são piores. Investir em educação é fundamental, mas é preciso gestão", lembra o diretor-presidente do Insper, Marcos Lisboa.

Um outro levantamento recente, publicado pela FGV (Fundação Getulio Vargas), aponta que, se o Brasil investir apenas 1% a mais do seu **PIB** (Produto Interno Bruto) por ano em educação básica, o padrão de vida médio da população poderá aumentar em mais de um quarto nos próximos 50 anos.

"Há quase cem anos, o Brasil estava sob um governo altamente centralizado que ampliou e implementou uma forte visão de desenvolvimento baseada na rápida industrialização, só que o investimento em formação não fazia parte da estratégia de desenvolvimento", afirma Edmilson Varejão, diretor da startup AI Consult e um dos autores da pesquisa. O descaso com a educação básica, de certa forma, persistiu nos anos seguintes, avalia.

Mais frases polêmicas de Guedes

O funcionalismo teve aumento de 50% acima da **inflação**, além de ter estabilidade na carreira e aposentadoria generosa. O hospedeiro está morrendo, o cara virou um parasita

7.fev.2020, em palestra FGV

Não tem negócio de câmbio a R$ 1,80. Vamos importar menos, fazer substituição de importações, turismo. [Era] todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para a Disneylândia, uma festa danada

12.fev.2020, em discurso em seminário, após o dólar atingir R$ 4,35, recorde nominal até então

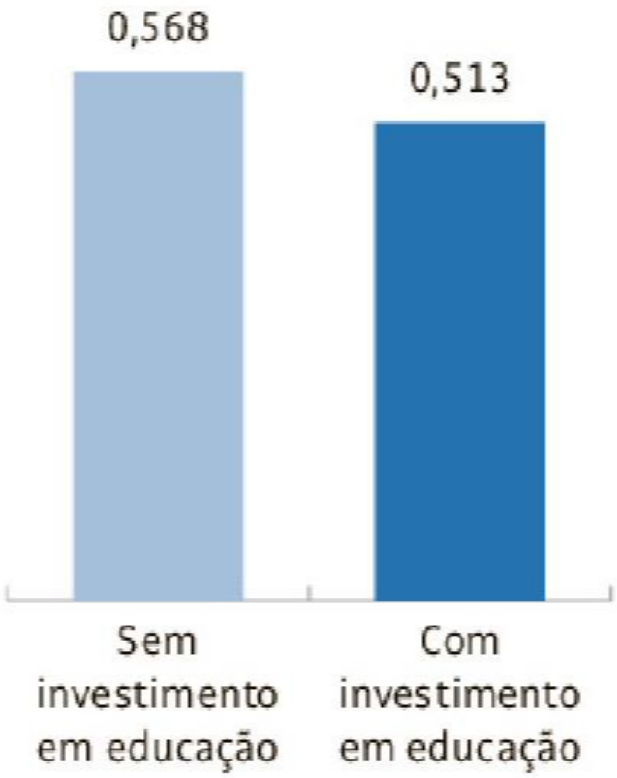
Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49512

Boletim azul

Efeitos da educação na distribuição de renda

Índice de Gini, para a desigualdade*

Número-índice



Distribuição de recursos por faixa de renda

Em %

* Quanto mais alto, pior é a distribuição de renda
Fontes: Made, com dados de POF/IBGE e o Inep

IGP-M, que corrige aluguéis, acumula alta de 32% em 12 meses

O IGP-M (índice Geral de Preços Mercado) subiu 1,51% em abril, informou nesta quinta (29) a FGV. A **inflação** do aluguel, como o indicador é conhecido, acumula alta de 32,02% em 12 meses, a maior variação acumulada desde março de 2003.

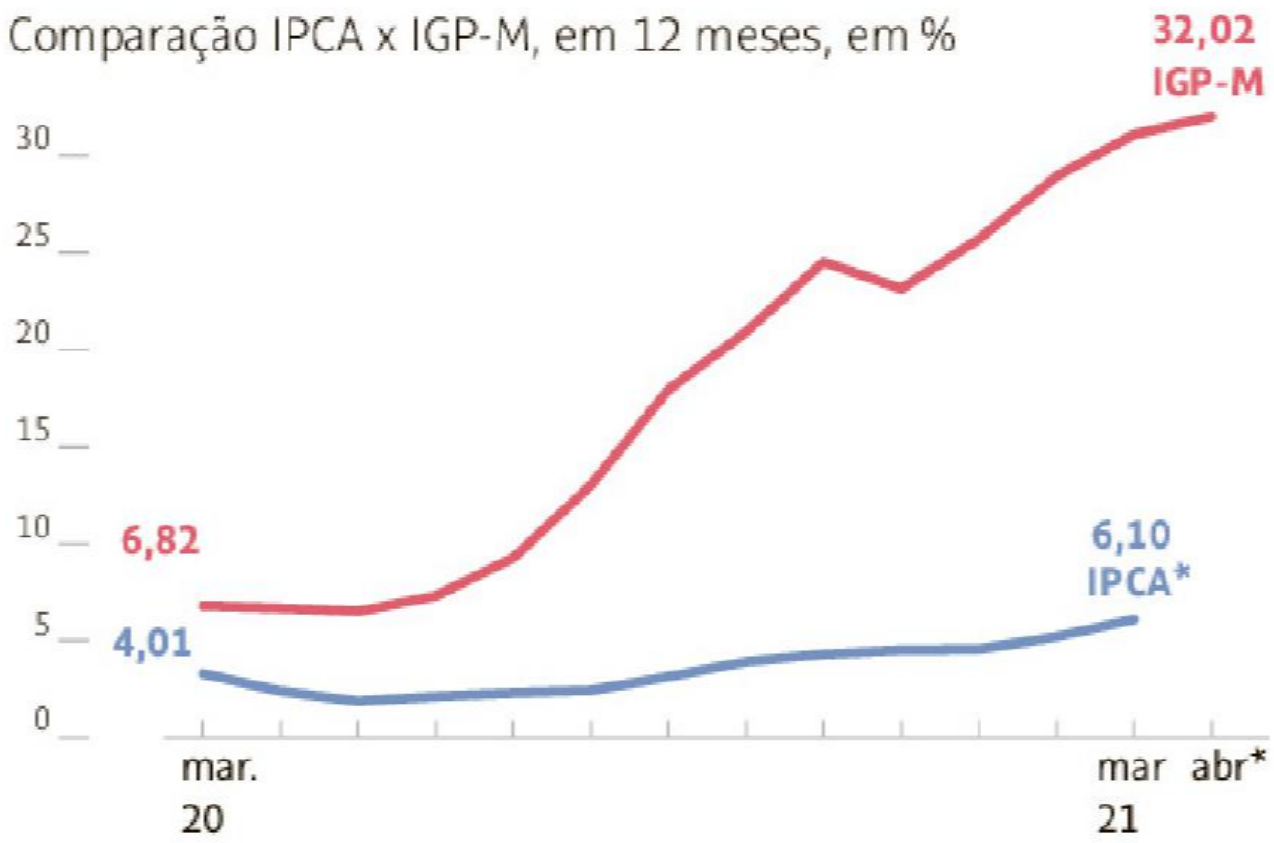
A variação mensal é a maior para meses de abril desde 1995, quando chegou a 2,10%. A expectativa dos analistas consultados pela Bloomberg era que a variação mensal ficasse em 1,34%, chegando a 31,8% em 12 meses.

O resultado mostra uma desaceleração devido à menor pressão do preço dos combustíveis, principal influência no mês anterior. Em março, o IGP-M havia registrado alta de 2,94%, maior índice para o mês desde o início do plano Real, em julho de 1994. Em abril, o subgrupo de despesas com combustíveis recuou 1,08%, ante uma alta de 18,64% no mês anterior.

A desaceleração já era vista na 2a prévia de abril, quando a variação do índice havia sido de 1,17%, menor do que os 2,98% no mesmo período em março. André Braz, coordenador de índices de preços do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da FGV, diz que a tendência é o que IGP-M ainda siga em alta até o próximo mês.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49512

Inflação do aluguel dispara



* Divulgação em 11.mai Fontes: Ibre/FGV e IBGE

Economia dos EUA acelera no 1° tri com ajuda do governo

A economia dos EUA ganhou velocidade no primeiro trimestre e deixou para trás alguns dos efeitos persistentes da pandemia, com uma alta no consumo, reforçada pelos pagamentos de estímulo do governo federal e por um relaxamento das restrições à circulação.

O **PIB** (Produto Interno Bruto) cresceu 1,6% no primeiro trimestre, ante 1,1% no quarto trimestre do ano passado, informou nesta quinta-feira (29) o Departamento do Comércio dos EUA.

Em base anualizada, o ritmo de crescimento do primeiro trimestre foi de 6,4%.

"Foi uma ótima maneira de começar o ano ", disse Gregory Daco, economista-chefe da Oxford Economics para o mercado dos EUA. "Tivemos a mistura perfeita de melhora nas condições de saúde, estímulo fiscal forte e clima mais quente."

"Os consumidores agora estão de volta ao comando, em termos de atividade econômica, e é assim que gostamos que as coisas sejam", disse. "Um consumidor que se sinta confiante sobre as perspectivas econômicas em geral gastará mais livremente."

Para o futuro, os economistas dizem antecipar números ainda melhores no trimestre em curso.

"As notícias são boas, mas notícias ainda melhores estão por vir", disse Ian Shepherdson, economista-chefe da Pantheon Macroeconomics.

"Não existe nada no relatório mais recente que me leve a pensar que a economia não crescerá em ritmo explosivo no segundo e terceiro trimestres."

A expansão do trimestre passado, disse, foi alimentada pelos pagamentos de estímulo do governo, que se traduziram rapidamente em aquisição de bens duráveis, como carros e eletrodomésticos.

"Isso demonstra o valor da intervenção governamental quando a economia está em crise grave por causa da Covid", ele disse. "Mas, nos próximos trimestres, a economia dependerá muito menos do estímulo, e as pessoas usarão as economias que acumularam durante a pandemia."

A atividade econômica geral deve retornar os níveis anteriores à pandemia neste segundo trimestre, afirmou Anderson, acautelando que vai demorar até o fim de 2022 para que o emprego reconquiste o terreno perdido como resultado da pandemia.

Mas o mercado de trabalho parece estar reagindo. No mês passado, empregadores criaram 916 mil postos de trabalho novos e o índice de desemprego caiu a 6%, enquanto os pedidos iniciais de seguro - desemprego caíram acentuadamente nas últimas semanas.

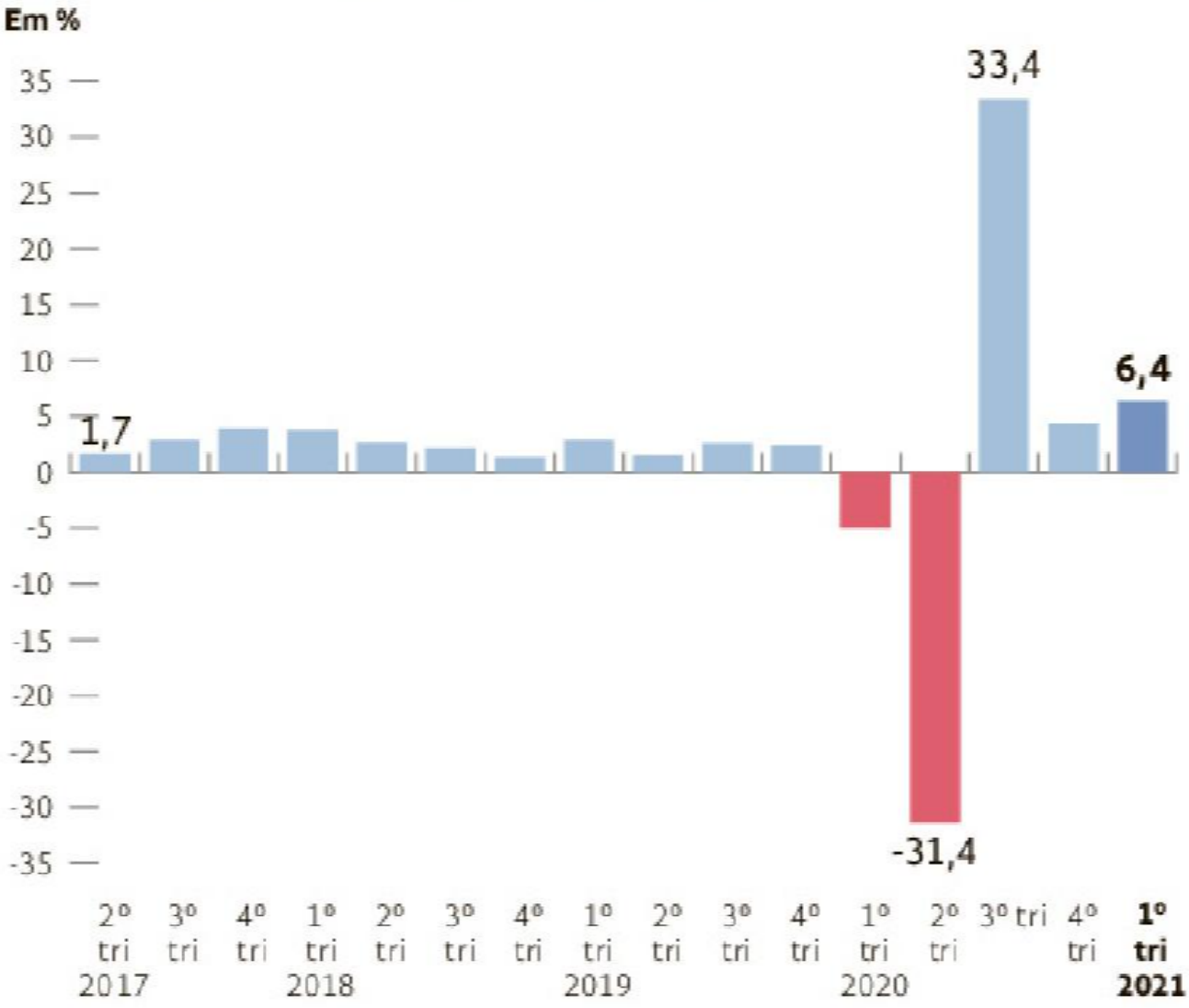
"É o melhor mercado de trabalho que vi nos últimos 25 anos", disse Tom Gimbel, presidente-executivo da LaSalle NetWork, empresa de recrutamento e recursos humanos de Chicago. "Temos 50% mais vagas do que tínhamos antes da Covid."

As contratações cresceram para postos de entrada e intermediários, com forte demanda por profissionais de contabilidade, finanças, marketing e vendas, entre outras áreas.

Traduzido por Paulo Migliacci

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49512

PIB trimestral dos Estados Unidos

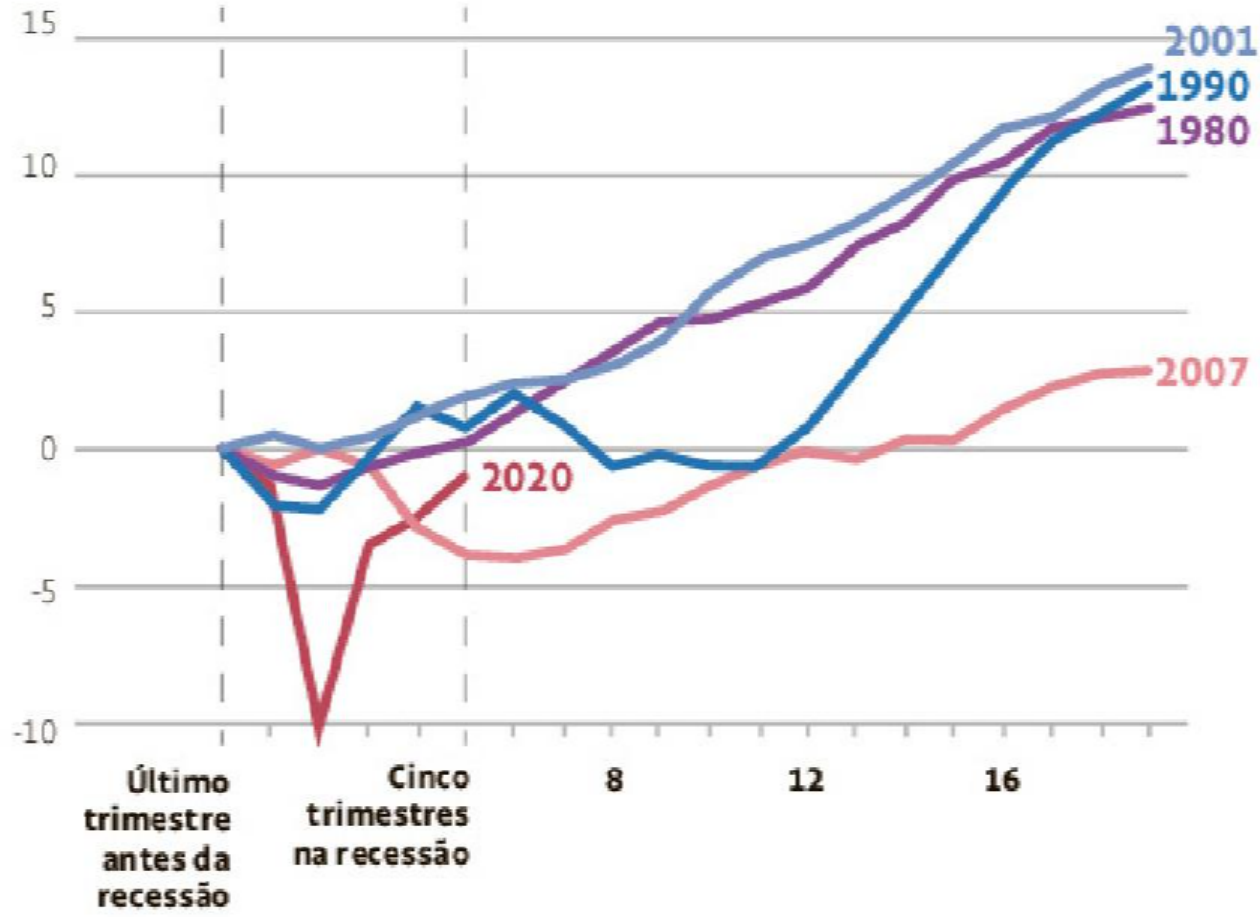


Fonte: BEA (Bureau of Economic Analysis)

PIB dos EUA se recupera mais rápido do que na Grande Recessão

Mudança cumulativa no PIB desde o início das últimas cinco recessões

Em %



Nota: O PIB é ajustado pela inflação e sazonalidade. As recessões foram rotuladas pelos anos em que começaram. Fonte: BEA (Bureau of Economic Analysis)/The New York Times

Balanço de carbono do Brasil está desfavorável

Enquanto o governo federal tenta dar sinais de que aceita a necessidade de alinhamento à visão global de sustentabilidade, o setor privado do País há tempos já se organizou a favor de um balanço de carbono menos desfavorável.

As grandes empresas do Brasil estão focadas no fato de que as práticas de baixo carbono serão, cada vez mais, uma exigência do mercado - e, em geral, estão mobilizadas nessa direção, ainda que com diferentes níveis de agilidade.

É o que o professor Eduardo Viola, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), especialista em política ambiental, chama de "internacionalização do risco climático" pelas corporações - um processo acelerado pela crise da covid-19. "As empresas se deram conta mais claramente da importância de lidar com os riscos intangíveis, aqueles riscos que parecem longínquos, mas podem ocorrer a qualquer momento, como uma pandemia." Para o professor, a maior conscientização das empresas sobre as questões ambientais ajuda a amenizar a visão ideológica e polarizada que tradicionalmente envolveu os temas ambientais no Brasil, como se essa preocupação fosse algo exclusivo da esquerda. "Agora há também um ativismo empresarial, com típicos representantes do capital aderindo à causa", ele observa.

O mercado de carbono mundial não é necessariamente uma novidade. Existem mecanismos para precificar as emissões desde o Protocolo de Kyoto, que é de 1997, mas o Brasil ainda não conseguiu estruturar de forma robusta essa área, principalmente por falta de políticas governamentais mais modernas.

Por essa razão, instituições como o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) vêm tendo uma posição histórica de defesa dos protocolos climáticos internacionais, como é o caso do Acordo de Paris.

Quando o presidente norte-americano Donald Trump anunciou a saída dos Estados Unidos do acordo, em novembro de 2019, o CEBDS classificou a notícia como sendo péssima para o mundo. "A redução das emissões de gases do efeito estufa é um bom negócio.

A implementação do Acordo de Paris pode desbloquear ao menos US$ 13,5 trilhões em investimentos nos próximos 15 anos. Apenas as soluções do projeto Low Carbon Technologies Partnership Initiative (LCTPi) podem gerar de 25 milhões a 45 milhões de empregos por ano, respondendo por 65% das reduções de emissões necessárias em todo o mundo", dizia a carta emitida pelo órgão empresarial, assinada por Marina Grossi, presidente do CEBDS.

Em algumas áreas, a realidade internacional de comercializar o carbono já sem impõe. A Votorantim Energia, por exemplo, a terceira maior comercializadora de energia do País, vem buscando soluções que antecedam essa nova realidade.

Ogrupo já vende95%dos créditos de carbono gerados nos parques eólicos do Nordeste no mercado europeu.

Números do CEBDS indicam que, atualmente, existem 61 iniciativas de governos locais, nacionais e regionais relacionadas ao comércio de emissões. A precificação de carbono foi responsável por US$ 45 bilhões gerados em 2019.

Metade desse valor se destinou a projetos relacionados ao meio ambiente ou ao desenvolvimento das nações. Países da União Europeia, África, América Latina e Oceania têm aumentado sua ambição na redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE) nos últimos anos, resta saber qual será o papel do Brasil nesse contexto.

Atualmente há mais de 1.600 empresas no mundo que já utilizam ou planejam utilizar precificação até 2021. No total, as duas formas de precificação, os sistemas de comércio de emissões e a taxação, cobrem 22% das emissões globais e, em 2018, essas iniciativas foram estimadas em US$ 82 bilhões.

AUMENTO DE EMISSÕES No caso do papel do Brasil em relação ao mundo, os números mostram que os últimos dois anos foram negativos para as metas de redução de carbono. Houve um aumento de 9,6% nas emissões brutas de gases do efeito estufa, segundo relatório do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (Seeg), iniciativa do Observatório do Clima.

Em 2019, o Brasil lançou na atmosfera 2,17 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente, ante 1,98 bilhão no ano anterior. Os números de 2020 ainda estão sendo compilados, mas os indicativos são de agravamento ainda maior do quadro, mesmo com a redução da atividade econômica decorrente da pandemia.

Isso se explica pelo fato de que o grande vilão da emissão brasileira de gases do efeito estufa é o desmatamento, enquanto nos outros países costuma ser a queima de combustíveis fósseis. Em 2020, a quantidade de alertas de desmatamento no Brasil subiu 34% em relação ao ano anterior, o que deve levar o País a destoar da tendência global de queda entre 4% e 7% nas emissões de carbono por conta da pandemia.

Década perdida

Embora agravada nos dois últimos anos, a tendência de aumento das emissões brasileiras, por causa principalmente do desmatamento, começou em 2010, depois de um período de seis anos de queda gradual dos índices de emissão. Entre 2010 e 2019, o País elevou em 28,2% o volume de gases do efeito estufa que despeja na atmosfera a cada ano.

De acordo com o Seeg, as principais causas para o aumento expressivo das emissões brasileiras estão ligadas às decisões do governo federal - classificadas, em conjunto, como "desmonte da governança de clima". Algumas dessas ações foram a extinção da Secretaria de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente e o engavetamento dos planos de prevenção e controle do desmatamento (PPCDAm e PPCerrado).

Um possível argumento que cai por terra diante da análise dos números é o de que as emissões decorrem do crescimento econômico - afinal, enquanto as emissões do Brasil cresceram 9,6% em um ano, o Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional subiu apenas 1,1%.

"Isso sugere que as emissões no Brasil, diferentemente das da maioria das outras grandes economias, estão descoladas da geração de riqueza", destacou o relatório do Seeg, assinado por 14 especialistas, de diferentes instituições.

Entre 2018 e 2019, o País gerou 3% menos riqueza para cada tonelada de carbono emitida.

Os dois primeiros anos do mandato de Jair Bolsonaro deixaram o Brasil ainda mais distante do cumprimento de metas ambientais que têm força de lei. Para chegar aos parâmetros estabelecidos pelas NDCs (sigla em inglês para Contribuições Determinadas Nacionalmente),

as emissões do País em 2025 teriam de se limitar a 1,6 bilhão de toneladas de dióxido de carbono equivalente - algo que, hoje, parece impossível de alcançar, considerando-se a tendência de crescimento das emissões.

Na semana passada, na Cúpula de Líderes sobre Meio Ambiente organizada pela Casa Branca, o presidente Bolsonaro afirmou que o Brasil vai continuar como protagonista no enfrentamento da crise climática e que deve antecipar a meta de neutralidade de carbono em dez anos, de 2060 para 2050. "Historicamente, o Brasil é voz ativa na construção da agenda ambiental global. Como detentor da maior biodiversidade do planeta e potência agroambiental, o Brasil está na vanguarda do enfrentamento ao aquecimento global", afirmou o presidente da República em seu discurso. "À luz de nossas responsabilidades comuns, porém diferenciadas, continuamos a colaborar com os esforços mundiais contra a mudança do clima", garantiu.

Agropecuária tem papel-chave

Especialistas são unânimes em apontar o papel crucial que a agropecuária terá de exercer no Brasil para a redução do carbono. A participação direta do setor no total de emissões brasileiras em 2019 foi de 27,5%, mas o Seeg estima que, considerando as parcelas das emissões dos demais setores relacionados - especialmente "mudança de uso da terra e florestas" -, as atividades rurais estejam na origem de 72% das emissões brasileiras.

Levando em conta a evolução do setor agropecuário ao longo dos anos, é possível encontrar vários indicadores positivos, como o aumento da produtividade em ritmo superior ao das emissões. O

crescimento do rebanho bovino na década de 2010 foi de 2,6%, enquanto a produção de carne cresceu 18% no período, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já a agricultura aumentou em 117% a produção de grãos no período entre 2005 e 2019, ante 52% a mais de emissões. A emergência climática exige, contudo, números bem mais ambiciosos.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/

Questão fundiária é vital para a amazônia

MAURÍCIO OLIVEIRA

Oaumento dos índices de desmatamento é a principal causa da maior emissão de gases do efeito estufa pelo Brasil - e a razão central, portanto, para que o País esteja se afastando cada vez mais das metas de redução das emissões.

Quando se fala em desmatamento no Brasil, a Amazônia é protagonista. Em 2019, a área desmatada na Amazônia Legal ultrapassou a marca de 10 mil km2 pela primeira vez desde 2008, chegando a 10.129 km2. No ano passado, o índice voltou a subir: 11.088 km2. Segundo o projeto Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmatamento já consumiu 813.047 km2 da Amazônia Legal até 2020, o que equivale a 16% da área original.

Os dados mais recentes indicam que as ações ilegais continuam em ritmo acelerado.

Em março de 2021, a Amazônia sofreu 810 km2 de desmatamento, aumento de 216% em relação ao mesmo mês do ano passado e o maior valor da série histórica dos últimos dez anos para o mês de março.

Uma das consequências diretas do desmatamento na Amazônia é que a participação do setor Mudança de Uso da Terra e Florestas (no qual se enquadram os desmatamentos) no total de emissões do País subiu de 39,7% para 44,5% entre 2018 e 2019, de acordo com dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (Seeg). E deve sofrer nova alta quando for concluída a compilação dos dados de 2020, marcado por aumento dos registros de desmatamento não apenas na Amazônia, mas também em outras áreas do território brasileiro.

Em números absolutos, o crescimento das emissões do setor Mudança de Uso da Terra e Florestas em 2019 foi de 22,8%, passando de 788,2 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO2e) para 968 milhões de toneladas.

Esse aumento de emissões específico do setor foi responsável por quase todo o crescimento geral das emissões registrado pelo País no ano, 9,6%.

Os demais setores ficaram em patamares próximos ao do aumento do **PIB** (1,1%). O setor industrial teve até uma queda de 2% nas emissões, em decorrência da desaceleração das atividades durante a pandemia, em especial na área siderúrgica.

Um dos nós que precisam ser desatados para a sobrevivência da Amazônia é equacionar a situação fundiária caótica da região, observa Beto Veríssimo, cofundador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que monitora os dados de desmatamento da região por meio de um sistema via satélite.

"A regularização fundiária é um grande problema, mas ao mesmo tempo pode ser a solução", considera Beto.

O primeiro passo, diz ele, é entender que há "diferentes Amazônias" no que diz respeito ao histórico de ocupação da região. "Há a Amazônia ocupada há mais tempo, desde a década de 1970, por famílias incentivadas naquela época pelo governo.Ocaminho nesses casos é ajudar a legitimar essa presença, já que a titulação é um passo importante para o aprimoramento da agricultura, pois ajuda a obter empréstimos e a fazer investimentos." Há também a parte que o pesquisador chama de "Amazônia sob pressão", de ocupação mais recente - no máximo 15 anos -, composta por uma faixa que inclui municípios como Altamira e São Félix do Xingu, ambos no Pará - não por acaso, líderes do ranking de maiores emissores de gases do efeito estufa, recém-divulgado pelo Observatório doClima. "Nesse caso, a regularização fundiária beneficiaria grileiros e invasores", compara.

Há iniciativas tramitando no Congresso Nacional para

conceder anistias e transferir marcos temporais relacionados à ocupação ilegal da Amazônia, algo que o Brasil tem feito sistematicamente para "contemporizar" ações predatórias, observa o cofundador do Imazon. "Temos que acabar com essa tradição. Ou criamos um ordenamento territorial sério na Amazônia ou ela vai desaparecer." RASTREABILIDADE Um dos pontos de maior vulnerabilidade para a região é a dificuldade para demonstrar a rastreabilidade dos produtos, nas mais diversas áreas - madeira, minérios, agronegócio. "Na pecuária, por exemplo, as empresas estão adotando medidas ainda muito tímidas e lentas, quando se trata de uma emergência", diz o advogado Sérgio Leitão, fundador e diretor executivo do Instituto Escolhas.

"É preciso ter em mente que, se houvesse um país chamado Pecuária Brasil, ele seria o 20º maior emissor do mundo, ao lado da Argentina", ele compara.

Os estudiosos da região dizem que, em paralelo às ações de controle de danos, é fundamental investir no desenvolvimento econômico e atração de negócios. Culturas permanentes, como cacau, banana e açaí, têm grande potencial econômico e permitem a restauração ambiental. Juntas, a renda obtida por essas três culturas no ano passado chegou a R$ 5,6 bilhões.

"Há uma série de boas iniciativas na Amazônia que estão dependendo apenas de apoio para ganhar escala", diz Sérgio.

Esse apoio precisaria incluir, claro, a participação efetiva do governo federal, não apenas para aprimorar a infraestrutura da região - onde o acesso à internet ainda é um grande problema, por exemplo -, mas para conceder incentivos efetivos. "O que pedimos é que as atividades típicas da Amazônia recebam as mesmas oportunidades e incentivos que a pecuária recebeu no Brasil. Só isso", resume o advogado.

Governo aposta na remuneração

Na sucinta nota que publicou sobre a participação do presidente Jair Bolsonaro na Cúpula de Líderes sobre o Clima, realizada nos dias 22 e 23 de abril, o Ministério do Meio Ambiente destacou uma iniciativa da pasta citada durante o discurso do presidente, o programa Floresta+. Criado em junho de 2020, o programa "busca reconhecer e remunerar quem protege a vegetação nativa no Brasil", de acordo com o ministério.

O programa é baseado na expectativa de financiamento externo, ponto em que o ministro Ricardo Salles tem insistido. "Os recursos monetários e não monetários provenientes de cooperação internacional e do setor privado serão fundamentais para a consolidação do mercado de serviços ambientais e para o ganho de escala territorial desejado em todos os biomas", diz o material de divulgação do programa.

Enquanto ocorria a Cúpula de Líderes sobre o Clima, o delegado da Polícia Federal Alexandre Saraiva, ex-superintendente da corporação no Amazonas, prestava depoimento ao Congresso Nacional.

Ele deixou o cargo após a intervenção direta do ministro do Meio Ambiente em uma ação de apreensão de madeiras.

"O delegado trouxe detalhes estarrecedores sobre o verdadeiro império do crime que se instalou na região", diz Sérgio Leitão, do Instituto Escolhas.

"Quem está lá para combater esses crimes é desautorizado pelo próprio governo, algo que nunca se viu na história do País. Tudo passa, então, em primeiro lugar, por restaurar o império da lei na Amazônia", afirma Sérgio.

Estudo detalha quem emite mais

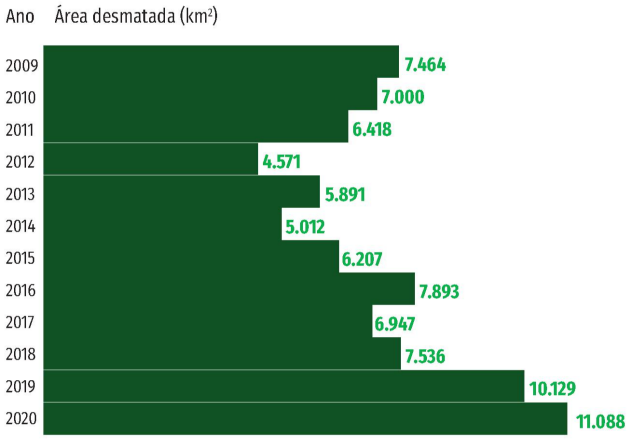
Dos dez municípios que mais emitem gases causadores do efeito estufa no País, sete estão na Amazônia Legal, de acordo com um estudo recém-divulgado pelo Observatório do Clima. O líder do ranking é São Félix do Xingu (PA), com 29,7 milhões de toneladas brutas de gás carbônico equivalente (CO2e) por ano. Não por acaso, trata-se do município que tem o maior número de cabeças de gado do País.

Se fosse um país, São Félix do Xingu ocuparia a 111ª posição do ranking mundial de emissões, à frente de Uruguai, Chile e Noruega. Cada morador do município paraense emite 225 toneladas de CO2e por ano, quase 22 vezes mais que a média de emissões brutas per capita do Brasil e seis vezes a do Catar, país com a maior emissão per capita do mundo.

Há um município que consegue ter uma média ainda maior, no entanto: Colniza (MT), sexto no ranking, emite 358 toneladas deCO2e per capita por ano. De acordo com uma comparação feita pelo Observatório do Clima ao apresentar os resultados do estudo, é como se cada habitante tivesse mais de 300 carros rodando 20 quilômetros por dia.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/

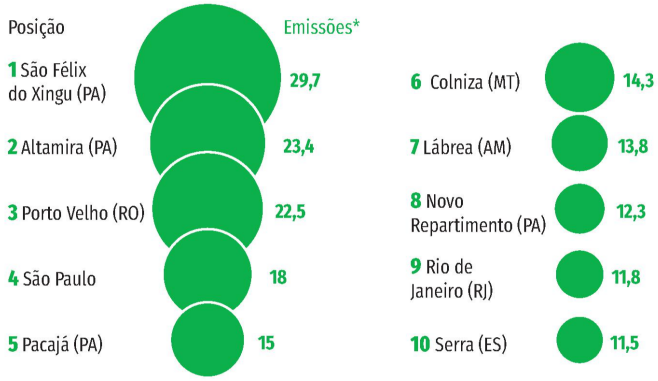
Taxa de desmatamento na Amazônia Legal



Fonte: Imazon, com base nos dados do Prodes/Inpe

Os campeões em emissões

Dos dez municípios que mais emitem gases do efeito estufa no Brasil, só três não estão na Amazônia: São Paulo, Rio de Janeiro e Serra (ES), que abriga uma siderúrgica.



* Milhões de toneladas brutas de gás carbônico equivalente (CO_2) por ano
Fonte: Seeg Municípios – Observatório do Clima

As consequências do intervencionismo trilionário preconizado por Joe Biden (3)

Joe Biden desmente o célebre ditado segundo o qual o poder é como o violino, pega-se com a esquerda e toca-se com a direita. Na campanha eleitoral, foi apresentado como resposta moderada dos democratas ao furacão Trump, pelo contraste com os esquerdistas Bemie Sanders e Elizabeth Warren. Acreditou-se, com razão, que era preciso unir o partido em tomo de uma figura capaz de aglutinar polos antagônicos, da esquerda universitária aos republicanos moderados. Os primeiros 100 dias do governo bastaram para mostrar que Biden prefere tocar o violino do poder com a mão esquerda.

Não apenas no campo social e comportamental, com atitudes determinadas contra o racismo na polícia, em prol do controle de armas e a favor de transgêneros no Exército. Mas sobretudo na economia. Biden lançou três pacotes de investimento público somando US$ 6 trilhões, nível de intervenção estatal que não se vê desde antes da Era Reagan. A crença subjacente é que só o dirigismo tirará o país da crise para tomá-lo líder de uma economia de baixo carbono (modelo não tão distante do preconizado pela China).

Das três iniciativas, uma já foi aprovada no Congresso, o pacote emergencial de US$ 1,9 trilhão relativo à pandemia. Outros dois ainda tramitam: o pacote de investimentos em infraestrutura e empregos (US$ 2,3 trilhões) e outro, enviado esta semana, de estímulo à educação e à saúde (US$ 1,8 trilhão). Para financiá-los, Biden propõe aumentar o imposto de renda da faixa de 1% com maior rendimento, ampliar taxas sobre herança, sobre ganhos de capital e dividendos (para quem ganha mais de US$ 1 milhão ao ano). Seu programa soa como música aos ouvidos dos preocupados com justiça social (dificilmente Sanders ou Warren teriam imaginado algo tão ambicioso).

Em discurso no Congresso, fez questão de acenar aos adversários republicanos, de cujo apoio precisa para aprovar tudo. Do outro lado, as reações não foram muito amistosas. O senador Mitt Romney, republicano moderado que votou duas vezes pelo impeachment de Trump, reagiu com bom humor: "Se ele fosse mais novo, eu diria pro pai cortar o cartão de crédito".

Com 78 anos, é pouco provável que Biden arque com as consequências de sua prodigalidade. Se é verdade que o sistema tributário americano, cheio de desequilíbrios, precisa de revisão, é um desafio não trivial criar um modelo de taxação que não afugente o capital nem iniba investimentos. Não se trata simplesmente de "cobrar mais dos mais ricos". Um estudo da Universidade da Pensilvânia concluiu que o plano de Biden reduziria o **PIB** em 0,8% até 2050.

A maior consequência do intervencionismo de Biden será o recado torto transmitido ao resto do planeta. Numa pandemia, é necessário que o Estado coordene uma resposta eficaz à crise e tenha recursos para isso (Biden demonstrou a importância dessa coordenação com o salto imprimido à vacinação). Passada a emergência, porém, a situação será outra. A conta a pagar poderá ficar mais alta do que uma economia ainda enfraquecida, em recuperação, será capaz de suportar.

Site: https://jornaldigital.oglobo.globo.com/

Economia americana mostra recuperação, com alta de 1,6% no 1° tri

OLIVIER DOULIERY/AFP

Vagas. Faixa em restaurante na cidade de Arlington anuncia contratação. Consumo estimula emprego, dizem analistas

O crescimento econômico dos Estados Unidos acelerou no primeiro trimestre deste ano, influenciado pela forte ajuda do governo a famílias e empresas. O Produto Interno Bruto (**PIB**) americano teve expansão de 1,6% entre janeiro e março - 6,4% na taxa anualizada, como os EUA divulgam suas estatísticas.

Foi o segundo ritmo mais forte desde o terceiro trimestre de 2003. No quarto trimestre de 2020, o avanço havia sido de 4,3%, também na taxa anualizada.

O consumo das famílias, que representa a maior parte da economia americana, subiu 10,7%, também anualizados, a segunda maior alta desde os anos 1960.

A recuperação dos EUA está mais acelerada que a de outros países graças a duas rodadas de repasses de dinheiro à população, parte da estratégia do governo para combater o impacto econômico da pandemia. O último pacote, do presidente Joe Biden, foi de US$ 1,9 trilhão.

'MOTORES ACELERANDO'

A distribuição de recursos impulsionou a demanda doméstica, e o ritmo acelerado da imunização vem permitindo a reabertura de comércio e serviços. Os gastos com bens cresceram 23,6% no primeiro trimestre, e o consumo de serviços avançou 4,6%.

Já os gastos de empresas cresceram 9,9%, incluindo estruturas e equipamentos. Já os investimentos em moradias registraram alta de 10,8%. Todas as taxas são anualizadas.

- Essa recuperação econômica é resultado de um robusto programa de vacinação, que nos ajudou a controlar a pandemia, e de uma estratégia econômica que coloca as famílias trabalhadoras em primeiro lugar - disse a repórteres a vice-porta-voz da Casa Branca, Karine Jean-Pierre.

Para este ano, economistas projetam que o **PIB** tenha crescimento de 7%, que seria o maior desde 1984.

Em 2020, houve retração de 3,5%, o pior desempenho em 74 anos.

- Estamos vendo que todos os motores da economia estão acelerando - disse à Associated Press o economista-chefe da Oxford Economics, Gregory Daco. - Temos melhora no cenário da saúde, os estímulos fiscais continuam abundantes, e começamos a ver a recuperação do emprego.

Em março, a economia americana registrou a criação de 916 mil vagas. O consumo em alta tende a puxar as contratações. Para Daco, nos próximos meses a marca de criação de empregos de março será superada.

Dos 8 milhões de vagas perdidas durante a pandemia, a maior parte foi de baixa qualificação. Empregos de nível superior não foram tão afetados.

Vários fatores justificam as projeções otimistas dos economistas. A taxa básica de juros continua próxima de zero, o que amplia o acesso de empresas e famílias ao crédito. E o governo Biden acaba de propor dois ambiciosos pacotes de investimentos: um de infraestrutura, de US$ 2,3 trilhões, e outro voltado para crianças, famílias e educação, de US$ 1,8 trilhão.

- Estávamos em um buraco profundo há um ano, e agora, com muita ajuda da política fiscal, alguma ajuda adicional da política monetária e uma grande ajuda da vacinação, estamos vendo uma forte recuperação da atividade - disse o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell, na quarta-feira.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Alta das commodities ainda não chegou às terras da BrasilAgro

Luiz Henrique Mendes De São Paulo

No país da soja, os acionistas da BrasilAgro ainda não colheram a disparada das commodities. Os papéis da companhia até subiram, mas num ritmo muito inferior à concorrência e praticamente ignorando o valioso banco de terras agrícolas do grupo, o que abre uma janela de oportunidade.

Em relatório a clientes, o Credit Suisse chamou atenção para o que considera ser uma discrepância "injustificada" entre BrasilAgro e SLC - a companhia da família Logemann subiu mais de 80% em 2021, enquanto a empresa de desenvolvimento de terras valorizou-se 22,8%.

A BrasilAgro tem um market cap de R$ 2,5 bilhões, com área plantada de 155 mil hectares e receita líquida estimada em R$ 926 milhões. A SLC, benchmark em agricultura (450 mil hectares semeados na última safra), vale R$ 9,6 bilhões.

Há duas semanas, o BTG Pactuai calculou que, pelo método da soma das partes, o mercado só estava precificando a operação agrícola da BrasilAgro. Na prática, quem comprasse uma ação levaria de graça o potencial de ganhos com o banco de terras e o caixa da empresa, traduziu o banco.

Os comprados na tese confiam que, além do excepcional momento para a produção agrícola-a soja está no maior patamar desde 2012 na bolsa de Chicago, com o dólar turbinando a rentabilidade no Brasil -, as terras também vão se beneficiar graças ao interesse de agricultores capitalizados, o que beneficia o negócio imobiliário da BrasilAgro.

Como os preços das terras ficaram aquém da **inflação** por um longo período, o potencial do mercado é relevante para a BrasilAgro, destacaram Thiago Duarte, Pedro Soares e Henrique Brustolin, analistas do BTG. Historicamente, a taxa interna de retorno da empresa na venda de terras supera 14%

- às vezes, bate 20%.

Comumente, as terras agrícolas são negociadas a múltiplos de sacas da soja. Em Mato Grosso, principal Estado agrícola do país, a margem bruta da produção de soja saltou do intervalo de R$ 1 mil a R$ 2 mil por hectare para R$ 6 mil.

Na BrasilAgro, a atualização do laudo de avaliação de terras também pode pesar a favor. "Acreditamos que existe espaço para praticamente dobrar", disse o Credit Suisse. No último laudo, divulgado em julho de 2019, a Deloitte estimou o portfólio de terras da empresa em R$ 1,5 bilhão.

"O último laudo não incorpora as recentes aquisições [de 11,2 mil hectares, ou mais 5,2% do portfólio de 2019], nem a maior maturidade das terras. A terra mais madura possui melhor produtividade e consequentemente rentabilidade", prosseguiu Victor Saragiotto, analista do Credit Suisse.

Embora evite comentários sobre valuation, o CEO da BrasilAgro, André Guillaumon, não podería ser mais enfático sobre as expectativas para o mercado de terras. "O que me faz botar o pé no acelerador é a curva de preço de commodities. Se pudesse apertar um botão para transformar todas as terras que estão para desenvolver, seria o melhor, mas agronomicamente não dá para fazer", disse o executivo ao Pipeline.

Do atual portfólio de 276 mil hectares, 30% das terras já estão maduras, 27% em fase de transformação e 42% ainda a desenvolver. O processo de transformação das terras - convertendo pastagens para agricultura, por exemplo - deve levar três anos, segundo Guillaumon.

Em fevereiro, a companhia captou RS 440 milhões em um follow-on. A primeira compra - uma fazenda na Bolívia que pertencia à controladora argentina Cresud- não chegou a entusiasmar os investidores, mas a operação saiu a um preço competitivo (em 2013, lembra o BTG, a companhia comprou terras no Paraguai da controladora, o que acabou se convertendo num bom negócio).

"O equity é para continuar comprando operações agrícolas", acrescenta o CEO. A oferta de ações saiu a R$ 22-hoje, a ação está próxima de R$ 30-e melhorou a liquidez do papéis, passando de giro médio diário de R$ 3,5 milhões no ano passado para mais de R$ 13 milhões.

A estrutura de capital também acaba de ser reforçada

com a emissão de R$ 220 milhões em CRAs, uma operação que ajudou a BrasilAgro a alongar o perfil das dívidas-o duration passou de 1,2 ano para 2,5 anos. Pelos títulos, com vencimento em sete anos, a empresa pagará IPCA+5,36%.

A captação da dívida no mercado de capitais foi a primeira da BrasilAgro pela Instrução CVM 400, o que ajuda a acessar mais bolsos, pulverizando a base de financiamento. Em 2013, a companhia havia captado R$ 142 milhões com um CRA restrito a investidores profissionais.

Aos poucos, a BrasilAgro busca ampliar a base de investidores potenciais. Fundada como uma companhia pré-operacional que foi direto à bolsa-Tarpon, Elie Hom e os argentinos da Cresud estavam por trás da iniciativa -, a companhia completou 15 anos desde o IPO. Na sua fundação ou agora, há um boom de commodities para explorar.

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186830?page=1&section=1

Copom deve elevar Selic a 3,5%

Victor Rezende e Marcelo Osakabe

O Banco Central deve atuar conforme o script e elevar a taxa básica de juros em 0,75 ponto percentual na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) na semana que vem, em linha com a comunicação oficial desde o encontro de março. Essa é a aposta da ampla maioria dos economistas de mercado, de acordo com pesquisa conduzida pelo Valor com 98 instituições financeiras e consultorias. Desse total, 96 projetam que a Selic sairá dos atuais 2,75% e alcançará 3,50% na semana que vem, enquanto apenas duas casas estimam uma elevação maior do juro básico, de 1 ponto percentual, para 3,75%.

Embora exista quase um consenso sobre o resultado da reunião, há divergências quanto à comunicação da autoridade monetária, em particular sobre a indicação de uma normalização parcial. Diante dos sinais dados pelo BC até o momento, a mediana das projeções coletadas aponta para uma taxa de 5,50% no fim deste ano, abaixo, portanto, do que seria considerado o nível neutro de juros.

Enquanto isso, a precificação de Selic na curva de juros chegou a indicar alta superior a 1 ponto percentual para maio desde a última reunião do Copom, mas apostas mais agressivas perderam fôlego e o mercado projetava, ontem, 95% de chance de uma alta de 0,75 ponto. Nas opções de Copom, a precificação era semelhante: 93% de possibilidade de elevação de 0,75 ponto na Selic na semana que vem e 5% de chance de uma alta de 1 ponto.

Para o fim do ano, a curva de juros precifica a Selic um pouco acima de 6%, o que indicaria um nível de juros próximo do nível neutro já em 2021. "Parece exagerado o que está na precificação do mercado", aponta a economista Priscila Deliberalli, do Safra.

Para ela, o cenário menos aquecido que se desenha para a atividade econômica é condizente com um ajuste apenas parcial da política monetária. "Não achamos que o segundo semestre será tão vigoroso assim. A recuperação será muito modesta", afirma. O Safra, inclusive, revisou recentemente sua projeção para o **PIB** deste ano de 3,2% para 3,0% e também passou a esperar expansão menor em 2022.

Nesse contexto, o banco entende que a Selic será elevada em 0,75 ponto na semana que vem e que encerrará este ano em 5%. Deliberalli enfatiza, porém, que é preciso acompanhar a evolução das expectativas de **inflação** de 2022. "Se, por alguma razão, o mercado continuar elevando essa projeção de 2022 para cima, seria um cenário em que o BC deveria agir", diz.

Na próxima reunião, o Copom também deve começar a focar totalmente no ano-calendário de 2022 ao avaliar o horizonte relevante da política monetária. Nesse contexto, o Valor também questionou os agentes de mercado sobre projeções para a **inflação** neste ano e no próximo. De um total de 84 respostas, o ponto-médio das estimativas aponta para o 1PCA em 3,60% no fim de 2022. Já a média dessas projeções mostra um valor mais elevado, de 3,67%.

"Um dos riscos que o BC tinha colocado no foco era o de que a elevação da **inflação** deste ano começasse a afetar as expectativas de 2022. Isso começou a acontecer. Ainda é algo bem moderado, mas está se materializando", nota o economista-chefe da Occam, Paulo Vai. Ele defende que o BC busque conter o movimento, o que demandaria "uma atuação mais incisiva da política monetária e não permitiria uma desaceleração no ritmo de ajuste da reunião de junho".

O cenário-base da Occam, portanto, tem alta de 0,75 ponto na Selic em maio e taxa em 6% no fim deste ano. Já em relação ao comportamento da **inflação**, a gestora carioca projeta o IPCA em 5,0% neste ano e em 4,0% em 2022.

De março para cá, houve, também, uma evolução no cenário fiscal após a aprovação do Orçamento, ainda que o ambiente permanece desafiador. Porém, para grande parte dos economistas, o BC deve continuar a indicar que o risco fiscal elevado segue criando assimetria altista no balanço de riscos.

A aprovação do Orçamento também proporcionou alívio no câmbio. Na visão do economista-chefe para América do Sul do Rabobank, Maurício Une, porém, a recuperação do real pode ajudar a suavizar o impacto de alguns preços e trazer alívio às projeções de **inflação** mais imediatas, mas o fato de as expectativas de **inflação** de 2022 continuarem acima do centro cia meta equilibra a melhora recente trazida do câmbio.

"Existe o impacto sobre preços monitorados mas, de qualquer forma, fica a expectativa sobre como o modelo do BC vai acabar fazendo essa projeção focando em 2022", diz Une. "Por outro lado, o BC está atendo tanto à projeção de **inflação** quanto às

expectativas, e elas se deterioraram tanto para 2021 quanto 2022. Qualquer alívio imediato do câmbio é equilibrado pela piora das expectativas."

Não por acaso, o economista Filipe Stona, da Sicredi Asset, acredita que o Copom irá retirar a menção a um ajuste parcial dos juros do **comunicado**. "Nossas projeções apontam grande risco de a **inflação** ficar acima do limite da meta neste ano, o que pode acabar contaminado o ano que vem. Seria importante o BC retirar essa menção, demonstrando que irá fazer o necessário para manter a **inflação** de 2022 na meta", afirma.

Opinião semelhante tem o economista-chefe da Vinland Capital, Aurélio Bicalho, para quem a menção "enfraquece em parte o compromisso com a meta de **inflação** lá na frente". Ele, contudo, acredita que o Copom irá manter a indicação.

"Pela comunicação até o momento, o ajuste parcial foi colocado com o entendimento de que, embora não seja necessário um estímulo extraordinário, a economia ainda precisa de estímulos. Penso que esse diagnóstico continuará presente", afirma. Em seu cenário básico, porém, a Vinland trabalha com uma normalização total da política monetária e espera que a Selic alcance 6,5% no fim do ano.

Site: https://valor.globo.com/impresso

Mais altas à frente

Projeções para a Selic, em % ao ano

Instituição	Mai/21	Dez/21
4E Consultoria	3,50	4,50
HSBC	3,50	4,50
Infinity Asset	3,50	4,50
Mauá Capital	3,50	4,50
Neo Investimentos	3,50	4,50
Panamby Capital	3,50	4,50
Persevera	3,50	4,50
Société Générale	3,50	4,50
Trafalgar	3,50	4,50
UBS BB	3,50	4,50
Banco BV	3,50	4,75
Capital Economics	3,50	4,75
ABBC	3,50	5,00
ABC Brasil	3,50	5,00
Acrefi	3,50	5,00
Ativa Investimentos	3,50	5,00
AZ Quest	3,50	5,00
Banco Alfa	3,50	5,00
Banco Inter	3,50	5,00
Bank of America	3,50	5,00
BNP Paribas	3,50	5,00
BRDR Asset	3,50	5,00
Citi	3,50	5,00
Daycoval	3,50	5,00
Deutsche Bank	3,50	5,00
Franklin Templeton	3,50	5,00
Genial Investimentos	3,50	5,00
Goldman Sachs	3,50	5,00
MAG	3,50	5,00
Modalmais	3,50	5,00
Morgan Stanley	3,50	5,00
Órama	3,50	5,00
Pantheon Macroeconomics	3,50	5,00
Rio Bravo	3,50	5,00
Safra	3,50	5,00
SOMMA Investimentos	3,50	5,00
SulAmérica	3,50	5,00
Tendências Consultoria	3,50	5,00
Travelex Bank	3,50	5,00
XP Investimentos	3,50	5,00
Bradesco	3,50	5,25
Bradesco Asset (Bram)	3,50	5,25
Commerzbank	3,50	5,25
Genoa Capital	3,50	5,25
Itaú Asset Management	3,50	5,25
Sicredi	3,50	5,25
Austin Rating	3,50	5,50
Barclays	3,50	5,50
Bocom BBM	3,50	5,50
BRP	3,50	5,50
BTG Pactual	3,50	5,50
Gauss Capital	3,50	5,50
GO Associados	3,50	5,50
Itaú Unibanco	3,50	5,50
J.P. Morgan	3,50	5,50
Kairós Capital	3,50	5,50
LCA Consultores	3,50	5,50
MB Associados	3,50	5,50
Mizuho	3,50	5,50
MUFG	3,50	5,50
Pacífico	3,50	5,50
Parallaxis	3,50	5,50
Parcitas	3,50	5,50
Petros	3,50	5,50
Pezco	3,50	5,50
Porto Seguro Investimentos	3,50	5,50
Rabobank	3,50	5,50
Santander	3,50	5,50
SM Managed Futures	3,50	5,50
TAG Investimentos	3,50	5,50
TD Securities	3,50	5,50
The Economist Intelligence Unit (EIU)	3,50	5,50
Troster & Associados	3,50	5,50
Western Asset	3,50	5,50
Exploritas	3,50	5,75
Macro Capital	3,50	5,75
Natixis	3,50	5,75
Sicredi Asset	3,50	5,75
ACE Capital	3,50	6,00
Armor Capital	3,50	6,00
ASA Investments	3,50	6,00
Claritas	3,50	6,00
CM Capital Markets	3,50	6,00
Coface	3,50	6,00
Fibra	3,50	6,00
Garde Asset	3,50	6,00
JGP	3,50	6,00
Occam	3,50	6,00
Oxford Economics	3,50	6,00
Santander Asset Management	3,50	6,00
Scotiabank	3,50	6,00
Veedha Investimentos	3,50	6,00
Novus Capital	3,50	6,25
Credit Suisse	3,50	6,50
Laic-HFM	3,50	6,50
Vinland Capital	3,50	6,50
Wells Fargo	3,75	4,25
Paraná Banco	3,75	6,00

Fontes: Instituições financeiras e consultorias. Elaboração: Valor Data. Obs.: coleta das projeções entre os dias 26 e 29/abr/21